**NR 29 - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário**

Publicação

D.O.U.

Portaria SSST N.º 53, de 17 de dezembro de 1997

29/12/97

Alterações/Atualizações

D.O.U.

03/09/98

13/07/02

17/04/06

\*12/12/13

17/07/14

Portaria SSST n.º 18, de 30 de março de 1998

Portaria SIT n.º 17, de 12 de julho de 2002

Portaria SIT n.º 158, de 10 de abril de 2006

Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013

Portaria MTE n.º 1080, de 16 de julho de 2014

*(Redação dada pela Portaria SIT n.º 158, de 10 de abril de 2006)*

**2**

**9.1** Disposições Iniciais

**2**

**9.1.1** Objetivo

Regular a proteção obrigatória contra acidentes e doenças profissionais, facilitar os primeiros socorros a acidentados e

alcançar as melhores condições possíveis de segurança e saúde aos trabalhadores portuários.

**2**

**9.1.2** Aplicabilidade

As disposições contidas nesta NR aplicam-se aos trabalhadores portuários em operações tanto a bordo como em terra, assim

como aos demais trabalhadores que exerçam atividades nos portos organizados e instalações portuárias de uso privativo e

retroportuárias, situadas dentro ou fora da área do porto organizado.

**2**

**9.1.3** Definições.

Para os fins desta Norma Regulamentadora, considera-se:

a) Terminal Retroportuário

É o terminal situado em zona contígua à de porto organizado ou instalação portuária, compreendida no perímetro de cinco

quilômetros dos limites da zona primária, demarcada pela autoridade aduaneira local, no qual são executados os serviços de

operação, sob controle aduaneiro, com carga de importação e exportação, embarcados em contêiner, reboque ou

semireboque.

b) Zona Primária

É a área alfandegada para a movimentação ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

c) Tomador de Serviço

É toda pessoa jurídica de direito público ou privado que, não sendo operador portuário ou empregador, requisite trabalhador

portuário avulso.

d) Pessoa Responsável

É aquela designada por operadores portuários, empregadores, tomadores de serviço, comandantes de embarcações, Órgão

Gestor de Mão-de-Obra - OGMO, sindicatos de classe, fornecedores de equipamentos mecânicos e outros, conforme o caso,

para assegurar o cumprimento de uma ou mais tarefas específicas e que possuam suficientes conhecimentos e experiência,

com a necessária autoridade para o exercício dessas funções.

**2**

**2**

**9.1.4** Competências

**9.1.4.1** Compete aos operadores portuários, empregadores, tomadores de serviço e OGMO, conforme o caso:

a) cumprir e fazer cumprir esta NR no que tange à prevenção de riscos de acidentes do trabalho e doenças profissionais

nos serviços portuários;

b) fornecer instalações, equipamentos, maquinários e acessórios em bom estado e condições de segurança,

responsabilizando-se pelo correto uso;

c) cumprir e fazer cumprir a norma de segurança e saúde no trabalho portuário e as demais Normas Regulamentadoras

expedidas pela Portaria MTb n.º 3.214/78 e alterações posteriores; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de*

*dezembro de 2013)*

d) fazer a gestão dos riscos à segurança e à saúde do trabalhador portuário, de acordo com as recomendações técnicas do

SESSTP e aquelas sugeridas e aprovadas pela CPATP, em consonância com os subitens 29.2.1.3, alíneas “a” e “b”, e



2

9.2.2.2, respectivamente. *(inserida pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.1.4.2** Compete ao OGMO ou ao empregador:

a) proporcionar a todos os trabalhadores formação sobre segurança, saúde e higiene ocupacional no trabalho portuário,

conforme o previsto nesta NR;

b) responsabilizar-se pela compra, manutenção, distribuição, higienização, treinamento e zelo pelo uso correto dos

equipamentos de proteção individual - EPI e equipamentos de proteção coletiva - EPC, observado o disposto na NR -6;

c) elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - no ambiente de trabalho portuário,

observado o disposto na NR -9;

d) elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, abrangendo todos os

trabalhadores portuários, observado o disposto na NR-7.

**2**

**9.1.4.3** Compete aos trabalhadores:

a) cumprir a presente NR bem como as demais disposições legais de segurança e saúde do trabalhador;

b) informar ao responsável pela operação de que esteja participando as avarias ou deficiências observadas que possam

constituir risco para o trabalhador ou para a operação;

c) utilizar corretamente os dispositivos de segurança, EPI e EPC, que lhes sejam fornecidos, bem como as instalações que

lhes forem destinadas.

**2**

**9.1.4.4** Compete às administrações portuárias, dentro dos limites da área do porto organizado, zelar para que os serviços se

realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente.

**2**

**2**

**9.1.5** Instruções Preventivas de Riscos nas Operações Portuárias.

**9.1.5.1** Para adequar os equipamentos e acessórios necessários à manipulação das cargas, os operadores portuários,

empregadores ou tomadores de serviço, deverão obter com a devida antecedência o seguinte:

a) peso dos volumes, unidades de carga e suas dimensões;

b) tipo e classe do carregamento a manipular;

c) características específicas das cargas perigosas a serem movimentadas ou em trânsito.

**2**

**2**

**9.1.6** Plano de Controle de Emergência - PCE e Plano de Ajuda Mútua - PAM.

**9.1.6.1** Cabe à administração do porto, ao OGMO e aos empregadores a elaboração do PCE, contendo ações coordenadas a

serem seguidas nas situações descritas neste subitem e compor com outras organizações o PAM.

**2**

**9.1.6.2** Devem ser previstos os recursos necessários, bem como linhas de atuação conjunta e organizada, sendo objeto dos

planos as seguintes situações:

a) incêndio ou explosão;

b) vazamento de produtos perigosos;

c) queda de homem ao mar;

d) condições adversas de tempo que afetem a segurança das operações portuárias;

e) poluição ou acidente ambiental;

f) socorro a acidentados.

**2**

**9.1.6.3** No PCE e no PAM, deve constar o estabelecimento de uma periodicidade de treinamentos simulados, cabendo aos

trabalhadores indicados comporem as equipes e efetiva participação.

**2**

**2**

**9.2** Organização da Área de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário.

**9.2.1** Serviço Especializado em Segurança e Saúde do Trabalhador Portuário - SESSTP.

**2**

**9.2.1.1** Todo porto organizado, instalação portuária de uso privativo e retroportuária deve dispor de um SESSTP, de

acordo com o dimensionamento mínimo constante do Quadro I, mantido pelo OGMO ou empregadores, conforme o caso,

atendendo a todas as categorias de trabalhadores.

**2**

**9.2.1.1.1** O custeio do SESSTP será dividido proporcionalmente de acordo com o número de trabalhadores utilizados pelos

operadores portuários, empregadores, tomadores de serviço e pela administração do porto, por ocasião da arrecadação dos

valores relativos à remuneração dos trabalhadores.

**2**

**9.2.1.1.2** Os profissionais integrantes do SESSTP deverão ser empregados do OGMO ou empregadores, podendo ser

firmados convênios entre os terminais privativos, os operadores portuários e administrações portuárias, compondo com seus

profissionais o SESSTP local, que deverá ficar sob a coordenação do OGMO.

**2**

**9.2.1.1.3** Nas situações em que o OGMO não tenha sido constituído, cabe ao responsável pelas operações portuárias o

cumprimento deste subitem, tendo, de forma análoga, as mesmas atribuições e responsabilidade do OGMO.

**2**

**9.2.1.2** O SESSTP deve ser dimensionado de acordo com a soma dos seguintes fatores:

a) média aritmética obtida pela divisão do número de trabalhadores avulsos tomados no ano civil anterior e pelo número

de dias efetivamente trabalhados;

b) média do número de empregados com vínculo empregatício do ano civil anterior.

**2**

**9.2.1.2.1** Nos portos organizados e instalações portuárias de uso privativo em início de operação, o dimensionamento terá

por base o número estimado de trabalhadores a serem tomados no ano.

**QUADRO I - DIMENSIONAMENTO MÍNIMO DO SESSTP**

**Prof. especializados**

**Números de Trabalhadores**

2

0 - 250 251 - 750 751 - 2000 2001 - 3500

Engenheiro de Segurança

Técnico de Segurança

Médico do Trabalho

Enfermeiro do Trabalho

Auxiliar Enf. Do Trabalho

horário parcial 3 horas.

--

01

--

--

01

01

02

01 \*

--

02

04

02

01

02

03

11

03

03

04

01

\*

**2**

**9.2.1.2.2** Acima de 3500 (três mil e quinhentos) trabalhadores para cada grupo de 2000 (dois mil) trabalhadores, ou fração

acima de 500, haverá um acréscimo de 01 profissional especializado por função, exceto no caso do Técnico de Segurança

do Trabalho, no qual haverá um acréscimo de três profissionais.

**2**

**9.2.1.2.3** Os profissionais do SESSTP devem cumprir jornada de trabalho integral, observada a exceção prevista no

Quadro I.

**2**

**9.2.1.3** Compete aos profissionais integrantes do SESSTP:

a) realizar com acompanhamento de pessoa responsável, a identificação das condições de segurança nas operações

portuária - abordo da embarcação, nas áreas de atracação, pátios e armazéns - antes do início das mesmas ou durante a

realização conforme o caso, priorizando as operações com maior vulnerabilidade para ocorrências de acidentes,

detectando os agentes de riscos existentes, demandando medidas de segurança para sua imediata eliminação ou

neutralização, para garantir a integridade do trabalhador;

b) registrar os resultados da identificação em relatório a ser entregue a pessoa responsável;

c) realizar análise direta e obrigatória - em conjunto com o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

-

dos acidentes em que haja morte, perda de membro, função orgânica ou prejuízo de grande monta, ocorrido nas

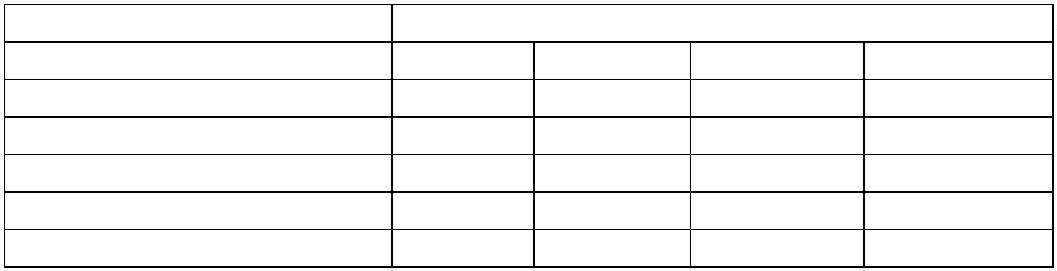
atividade portuárias;

d) as atribuições previstas na NR-4 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho -

SESMT), observados os modelos de mapas constantes do Anexo I.

**2**

**9.2.1.4** O SESSTP disposto nesta NR deverá ser registrado no órgão regional do MTE.



**2**

**9.2.1.4.1** O registro deverá ser requerido ao órgão regional do MTE, devendo conter os seguintes dados:

a) o nome dos profissionais integrantes do SESSTP;

b) número de registro dos componentes do SESSTP nos respectivos conselhos profissionais ou órgãos competentes;

c) número de trabalhadores portuários conforme as alíneas “a ou “b” do subitem 29.2.1.2;

d) especificação dos turnos de trabalho do(s) estabelecimento(s);

e) horário de trabalho dos profissionais do SESSTP.

**2**

**2**

**9.2.2** Comissão de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário - CPATP

**9.2.2.1** O OGMO, os empregadores e as instalações portuárias de uso privativo, ficam obrigados a organizar e manter em

funcionamento a CPATP.

**2**

**9.2.2.2** A CPATP tem como objetivo observar e relatar condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas

para reduzir até eliminar ou neutralizar os riscos existentes, bem como discutir os acidentes ocorridos, encaminhando ao

SESSTP, ao OGMO ou empregadores, o resultado da discussão, solicitando medidas que previnam acidentes semelhantes e

ainda, orientar os demais trabalhadores quanto à prevenção de acidentes.

**2**

**9.2.2.3** A CPATP será constituída de forma paritária, por representantes dos trabalhadores portuários com vínculo

empregatício por tempo indeterminado e avulsos e por representantes dos operadores portuários e empregadores,

dimensionado de acordo com o Quadro II. *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.2.2.4** A duração do mandato será de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição

**2**

**9.2.2.5** Haverá na CPATP tantos suplentes quantos forem os representantes titulares, sendo a suplência específica de cada

titular.

**2**

**9.2.2.6** A composição da CPATP obedecerá a critérios que garantam a representação das atividades portuárias com maior

potencial de risco e ocorrência de acidentes, respeitado o dimensionamento mínimo do quadro II.

**QUADRO II - DIMENSIONAMENTO DA CPATP**

2

a

5

0

51

a

100

101

a

500

501

a

1000

1001

a

2000

2001

a

5000

5001

a

10000

Acima de 10000 a cada

grupo de 2500 acrescentar

N.º médio de trabalhadores

0

N.º de Representantes

Titulares do empregador

N.º de representantes

0

1

02

02

04

04

06

06

09

09

12

12

15

15

02

02

0

1

titulares dos trabalhadores

**2**

**9.2.2.7** A composição da CPATP será proporcional ao número médio do conjunto de trabalhadores portuários utilizados no

ano anterior.

**2**

**2**

**9.2.2.8** Os representantes dos trabalhadores na CPATP, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto.

**9.2.2.9** Assumirão a condição de membros titulares os candidatos mais votados, observando-se os critérios constantes do

subitem 29.2.2.6.

**2**

**2**

**9.2.2.10** Em caso de empate, assumirá o candidato que tiver maior tempo de serviço no trabalho portuário.

**9.2.2.11** Os demais candidatos votados assumirão a condição de suplentes, obedecendo a ordem decrescente de votos

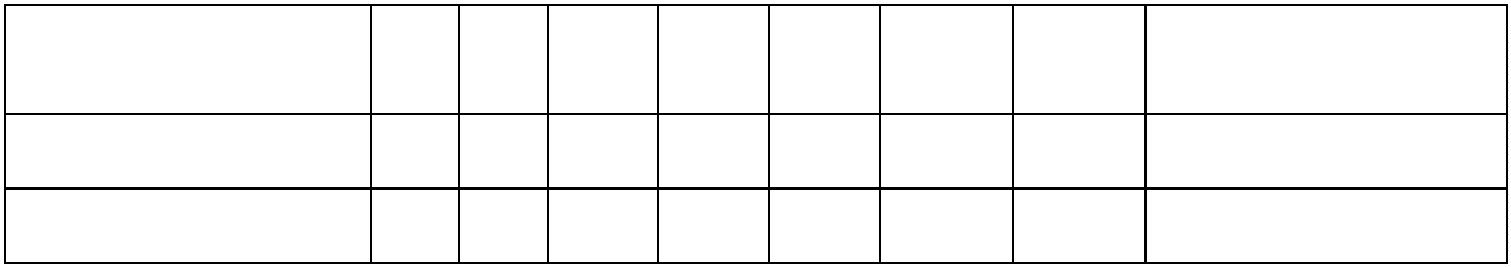
recebidos, observando o disposto no item 29.2.2 e subitens.

**2**

**9.2.2.12** A eleição deve ser realizada durante o expediente, respeitados os turnos, devendo ter a participação de, 0no

mínimo, metade mais um do número médio do conjunto dos trabalhadores portuários utilizados no ano anterior, obtido

conforme subitem 29.2.1.4 desta NR.



**2**

**9.2.2.13** ~~Organizada a CPATP, a mesma deve ser registrada no órgão regional do Ministério do Trabalho, até 10 (dez) dias~~

~~após a eleição~~. *(Revogado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.2.2.14** ~~O registro da CPATP deve ser feito mediante requerimento ao Delegado Regional do Trabalho, acompanhado de~~

~~cópia das atas de eleição, instalação e posse, contendo o calendário anual das reuniões ordinárias da CPATP, constando dia,~~

~~mês, hora e local de realização das mesmas~~. *(Revogado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.2.2.15** Os empregadores e as instalações portuárias de uso privativo designarão dentre os seus representantes titulares o

presidente da CPATP, que assumirá no primeiro ano de mandato. *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de*

*dezembro de 2013)*

**2**

**9.2.2.15.1** Os trabalhadores titulares da CPATP elegerão, entre seus pares o vice-presidente, que assumirá a presidência no

segundo ano do mandato.

**2**

**9.2.2.15.2** O representante dos empregadores ou dos trabalhadores, quando não estiver na presidência, assumirá as funções

do vice-presidente.

**2**

**9.2.2.16** No impedimento eventual ou no afastamento temporário do presidente, assumirá suas funções o vice-presidente.

No caso de afastamento definitivo, o empregador indicará substituto em 2 (dois) dias úteis, preferencialmente entre os

membros da CPATP.

**2**

**9.2.2.17** A CTATP terá um secretário e seu respectivo substituto que serão escolhidos, de comum acordo, pelos membros

titulares da comissão.

**2**

**9.2.2.18** A CPATP terá as seguintes atribuições:

a) discutir os acidentes ocorridos na área portuária, inclusive a bordo;

b) sugerir medidas de prevenção de acidentes julgadas necessárias, por iniciativa própria ou indicadas por outros

trabalhadores, encaminhando-as ao SESSTP, ao OGMO, empregadores e/ou as administrações dos terminais de uso

privativo;

c) promover a divulgação e zelar pela observância das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho;

d) despertar o interesse dos trabalhadores portuários pela prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais e estimulá-los,

permanentemente, a adotar comportamento preventivo durante o trabalho;

e) promover, anualmente, em conjunto com o SESSTP, a Semana Interna de Prevenção de Acidente no Trabalho Portuário

-

SIPATP;

f) encaminhar mensalmente cópias das atas das reuniões, assinadas pelos presentes, ao SESSTP, OGMO, aos

empregadores e à administração dos terminais portuários de uso privativo e disponibilizá-las para a fiscalização do

Ministério do Trabalho e Emprego; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

g) realizar em conjunto com o SESSTP, quando houver, a investigação de causas e conseqüências dos acidentes e das

doenças ocupacionais, acompanhando a execução das medidas corretivas;

h) realizar mensalmente e sempre que houver denúncia de risco, mediante prévio aviso ao OGMO, empregadores,

administrações de instalações portuárias de uso privativo e ao SESSTP, inspeção nas dependências do porto ou

instalação portuária de uso privativo, dando-lhes conhecimento dos riscos encontrados, bem como ao responsável pelo

setor;

i) sugerir a realização de cursos, treinamentos e campanhas que julgar necessárias para melhorar o desempenho dos

trabalhadores portuários quanto à segurança e saúde no trabalho;

j) preencher o Anexo II desta NR, mantendo-o arquivado, de maneira a permitir acesso a qualquer momento, aos

interessados, sendo de livre escolha o método de arquivamento;

k) elaborar o Mapa de Risco;

l) convocar pessoas, quando necessário, para tomada de informações, depoimentos e dados ilustrativos e/ou

esclarecedores, por ocasião de investigação dos acidentes do trabalho;

**2**

**9.2.2.19** As decisões da CPATP deverão ocorrer, sempre que possível, por consenso entre os participantes.



**2**

**9.2.2.20** Não havendo consenso para as decisões da CPATP, deverá ser tomada pelo menos uma das seguintes

providências, visando a solução dos conflitos:

a) constituir um mediador em comum acordo com os participantes;

b) solicitar no prazo de 8 (oito) dias, através do presidente da CPATP, a mediação do órgão regional do MTE.

**2**

**9.2.2.21** Compete ao presidente da CPATP:

a) convocar os membros para as reuniões da CPATP;

b) presidir as reuniões, encaminhando ao OGMO, empregadores, administrações dos terminais portuários de uso privativo

e ao SESSTP as recomendações aprovadas, bem como, acompanhar-lhes a execução;

c) designar membros da CPATP para investigar o acidente do trabalho ou acompanhar investigação feita pelo SESSTP,

imediatamente após receber a comunicação da ocorrência do acidente;

d) determinar tarefas aos membros da CPATP;

e) coordenar todas as atribuições da CPATP;

f) manter e promover o relacionamento da CPATP com o SESSTP e demais órgãos dos portos organizados ou instalações

portuárias de uso privativo;

g) delegar atribuições ao vice-presidente;

**2**

**9.2.2.22** Compete ao vice-presidente da CPATP:

a) executar atribuições que lhe forem delegadas;

b) substituir o presidente nos impedimentos eventual ou temporário.

**2**

**9.2.2.23** Compete ao Secretário da CPATP:

a) acompanhar as reuniões da CPATP e redigir as atas apresentando-as para aprovação e assinatura dos membros

presentes; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

b) preparar a correspondência;

c) manter o arquivo atualizado;

d) providenciar para que as atas sejam assinadas por todos os membros do CPATP;

e) realizar as demais tarefas que lhe forem atribuídas pelo presidente da CPATP.

**2**

**9.2.2.24** Compete aos Membros da CPATP:

a) elaborar o calendário anual de reuniões da CPATP;

b) participar das reuniões da CPATP, discutindo os assuntos em pauta e aprovando ou não as recomendações;

c) investigar o acidente do trabalho, quando designado pelo presidente da CPATP, e discutir os acidentes ocorridos;

d) freqüentar o curso sobre prevenção de acidentes do trabalho, promovido pelo OGMO, empregadores e administrações

dos terminais portuários de uso privativo;

e) cuidar para que todas as atribuições da CPATP previstas no subitem 29.2.2.18 sejam cumpridas durante a respectiva

gestão.

f) mediante denúncia de risco, realizar em conjunto com o responsável pela operação portuária, a verificação das

condições de trabalho, dando conhecimento a CPATP e ao SESSTP.

**2**

**9.2.2.25** Compete ao OGMO ou empregadores:

a) promover para todos os membros da CPATP, titulares e suplentes, curso sobre prevenção de acidentes do trabalho,

higiene e saúde ocupacional , com carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo ao currículo básico

do Anexo III desta NR, sendo este de freqüência obrigatória e realizado antes da posse dos membros de cada mandato,

exceção feita ao mandato inicial;

b) prestigiar integralmente a CPATP, proporcionando aos seus componentes os meios necessários ao desempenho de suas

atribuições;

c) convocar eleições para escolha dos membros da nova CPATP, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias,

realizando-as, no máximo, até 30 (trinta) dias antes do término do mandato da CPATP em exercício;

d) promover cursos de atualização para os membros da CPATP;

e) dar condições necessárias para que todos os titulares de representações na CPATP compareçam às reuniões ordinárias

e/ou extraordinárias;

**2**

**9.2.2.26** Compete aos trabalhadores:

a) eleger seus representantes na CPATP;

b) indicar à CPATP e ao SESSTP situações de risco e apresentar sugestões para melhoria das condições de trabalho;

c) cumprir as recomendações quanto à prevenção de acidentes, transmitidas pelos membros da CPATP e do SESSTP;

d) comparecer às reuniões da CPATP sempre que convocado.

**2**

**9.2.2.27** A CPATP se reunirá pelo menos uma vez por mês, em local apropriado e durante o expediente, obedecendo ao

calendário anual.

**2**

**9.2.2.28** Sempre que ocorrer acidente que resulte em morte, perda de membro ou de função orgânica, ou que cause

prejuízo de grande monta, a CPATP se reunirá em caráter extraordinário no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas

após a ocorrência, podendo ser exigida a presença da pessoa responsável pela operação portuária conforme definido no

subitem 29.1.3 alínea "d" desta NR.

**2**

**9.2.2.29** A CPATP não pode ter o número de representantes reduzido, bem como não pode ser desativada pelo OGMO ou

empregadores antes do término do mandato de seus membros, ainda que haja redução do número de trabalhadores

portuários, exceto nos casos em que houver encerramento da atividade portuária. *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de*

*0*

*9 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.2.2.30** No caso de instalações portuárias de uso privativo e os terminais retroportuários que possuam SESMT e CIPA nos

termos do que estabelecem, respectivamente as NR-4 e NR-5, aprovadas pela Portaria n.º 3214/78 do MTE e alterações

posteriores, e não utilizem mão-de-obra de trabalhadores portuários avulsos, poderão mantê-los, com as atribuições

especificadas nesta NR.

**2**

**2**

**2**

**9.3** SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO PORTUÁRIO.

**9.3.1** Nas operações de atracação, desatracação e manobras de embarcações.

**9.3.1.1** Na atracação, desatracação e manobras de embarcações devem ser adotadas medidas de prevenção de acidentes,

com cuidados especiais aos riscos de prensagem, batidas contra e esforços excessivos dos trabalhadores.

**2**

**9.3.1.2** É obrigatório o uso de um sistema de comunicação entre o prático, na embarcação, e o responsável em terra pela

atracação, através de transceptor portátil, de modo a ser assegurada uma comunicação bilateral.

**2**

**9.3.1.3** Todos os trabalhadores envolvidos nessas operações devem fazer uso de coletes salva-vidas aprovados pela

Diretoria de Portos e Costas - DPC.

**2**

**9.3.1.4** Durante as manobras de atracação e desatracação, os guindastes de terra e os de pórtico devem estar o mais

afastado possível das extremidades dos navios.

**2**

**2**

**9.3.2** Acessos às embarcações.

**9.3.2.1** As escadas, rampas e demais acessos às embarcações devem ser mantidas em bom estado de conservação e

limpeza, sendo preservadas as características das superfícies antiderrapantes.

**2**

**9.3.2.2** As escadas e rampas de acesso às embarcações devem dispor de balaustrada - guarda-corpos de proteção contra

quedas.

**2**

**9.3.2.2.1** O corrimão deve oferecer apoio adequado, possuindo boa resistência em toda a sua extensão, não permitindo

flexões que tirem o equilíbrio do usuário.

**2**

**9.3.2.3** As escadas de acesso às embarcações ou as estruturas complementares a estas conforme o previsto no subitem

2

9.3.2.10, devem ficar apoiadas em terra, tendo em sua base um dispositivo rotativo, devidamente protegido que permita a

compensação dos movimentos da embarcação.

**2**

**9.3.2.4** As escadas de acesso às embarcações devem possuir largura adequada que permita o trânsito seguro para um único

sentido de circulação, devendo ser guarnecidas com uma rede protetora, em perfeito estado de conservação. Uma parte

lateral da rede deve ser amarrada ao costado do navio, enquanto a outra, passando sob a escada, deve ser amarrada no lado

superior de sua balaustrada (lado de terra), de modo que, em caso de queda, o trabalhador não venha a bater contra as

estruturas vizinhas.

**2**

**9.3.2.4.1** O disposto no subitem 29.3.2.4 não se aplica quando a distância do convés da embarcação ao cais não permita a

instalação de redes de proteção.

**2**

**9.3.2.5** A escada de portaló deve ficar posicionada com aclividade adequada em relação ao plano horizontal de modo que

permita o acesso seguro à embarcação.

**2**

**9.3.2.6** Os degraus das escadas, em face das variações de nível da embarcação, devem ser montados de maneira a mantê-

los em posição horizontal ou com declive que permita apoio adequado para os pés.

**2**

**9.3.2.7** O acesso à embarcação deve ficar fora do alcance do raio da lança do guindaste, pau-de-carga ou assemelhado.

Quando isso não for possível, o local de acesso deve ser adequadamente sinalizado.

**2**

**9.3.2.8** É proibida a colocação de extensões elétricas nas estruturas e corrimões das escadas e rampas de acesso das

embarcações.

**2**

**9.3.2.9** Os suportes e os cabos de sustentação das escadas ligados ao guincho não podem criar obstáculos à circulação de

pessoas e devem ser mantidos sempre tencionados.

**2**

**9.3.2.10** Quando necessário o uso de pranchas, rampas ou passarelas de acesso, conjugadas ou não com as escadas, estas

devem seguir as seguintes especificações:

a) serem de concepção rígida;

b) terem largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros);

c) estarem providas de tacos transversais a intervalos de 0,40 m (quarenta centímetros) em toda extensão do piso;

d) possuírem corrimão em ambos os lados de sua extensão dotado de guarda-corpo duplo com réguas situadas a alturas

mínimas de 1,20 m (um meto e vinte centímetros) e 0,70 m (setenta centímetros) medidas a partir da superfície do piso

e perpendicularmente ao eixo longitudinal da escada;

e) serem dotadas de dispositivos que permitam fixá-las firmemente à escada da embarcação ou à sua estrutura numa

extremidade;

f) a extremidade, que se apóia no cais, deve ser dotada de dispositivo rotativo que permita acompanhar o movimento da

embarcação;

g) estarem posicionadas no máximo a 30 (trinta) graus de um plano horizontal.

**2**

**9.3.2.11** Não é permitido o acesso à embarcação utilizando-se escadas tipo quebra-peito, salvo em situações excepcionais,

devidamente justificadas, avaliadas e acompanhadas pelo SESSTP e SESMT, conforme o caso.

**2**

**9.3.2.12** É proibido o acesso de trabalhadores à embarcações em equipamentos de guindar, exceto em operações de resgate

e salvamento ou quando forem utilizados cestos especiais de transporte, desde que os equipamentos de guindar possuam

condições especiais de segurança e existam procedimentos específicos para tais operações.

**2**

**9.3.2.13** Nos locais de trabalho próximos à água e pontos de transbordo devem existir bóias salva vidas e outros

equipamentos necessários ao resgate de vitimas que caiam na água, que sejam aprovados pela DPC.

**2**

**9.3.2.13.1** Nos trabalhos noturnos as bóias salva-vidas deverão possuir dispositivo de iluminação automática aprovadas

pela DPC.

**2**

**2**

**9.3.3** Conveses.

**9.3.3.1** Os conveses devem estar sempre limpos e desobstruídos, dispondo de uma área de circulação que permita o

trânsito seguro dos trabalhadores.

**2**

**9.3.3.2** Quaisquer aberturas devem estar protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou objetos. Quando houver

perigo de escorregamento nas superfícies em suas imediações, devem ser empregados dispositivos ou processo que tornem

o piso antiderrapante.

**2**

**9.3.3.3** A circulação de pessoal no convés principal deve ser efetuada pelo lado do mar, exceto por impossibilidade técnica

ou operacional comprovada.

**2**

**9.3.3.4** Os conveses devem oferecer boas condições de visibilidade aos operadores dos equipamentos de içar, sinaleiros e

outros, a fim de que não sejam prejudicadas as manobras de movimentação de carga.

**2**

**9.3.3.5** As cargas ou objetos que necessariamente tenham que ser estivadas no convés, devem ser peadas e escoradas

imediatamente após a estivagem.

**2**

**9.3.3.6** Olhais, escadas, tubulações, aberturas e cantos vivos dever ser mantidos sinalizados, a fim de indicar e advertir

acerca dos riscos existentes.

**2**

**9.3.3.7** Nas operações de abertura e fechamento de equipamentos acionados por força motrizes, os quartéis, tampas de

escotilha e aberturas similares, devem possuir dispositivos de segurança que impeçam sua movimentação acidental. Esses

equipamentos só poderão ser abertos ou fechados por pessoa autorizada, após certificar-se de que não existe risco para os

trabalhadores.

**2**

**2**

**2**

**2**

**9.3.4** Porões.

**9.3.4.1** As bocas dos agulheiros devem estar protegidas por braçolas e serem providas de tampas com travas de segurança.

**9.3.4.2** As escadas de acesso ao porão devem estar em perfeito estado de conservação e limpeza.

**9.3.4.3** Quanto o porão possuir escada vertical até o piso, esta deve ser dotada de guarda-corpos ou ser provida de cabo de

aço paralelo à escada para se aplicar dispositivos do tipo trava-quedas acoplado ao cinto de segurança utilizado na operação

de subida e descida da escada.

**2**

**9.3.4.4** A estivagem das cargas nos porões não deve obstruir o acesso às escadas dos agulheiros.

**2**

**9.3.4.4.1** Quando não houver condições de utilização dos agulheiros, o acesso ao porão do navio deverá ser efetuado por

escada de mão de no máximo 7 m (sete metros) de comprimento, afixada junto à estrutura do navio, devendo ultrapassar a

borda da estrutura de apoio em 1m (um metro).

**2**

**2**

**9.3.4.4.2** Não é permitido o uso de escada do tipo quebra-peito.

**9.3.4.5** Recomenda-se a criação de passarelas para circulação de no mínimo 0,60 m (sessenta centímetros) de largura sobre

as cargas estivadas de modo a permitir o acesso seguro à praça de trabalho.

**2**

**9.3.4.6** Os pisos dos porões devem estar limpos e isentos de materiais inservíveis e de substâncias que provoquem riscos

de acidente.

**2**

**2**

**9.3.4.7** A forração empregada deve oferecer equilíbrio à carga e criar sobre a mesma um piso de trabalho regular e seguro.

**9.3.4.8** As plataformas de trabalho devem ser confeccionadas de maneira que não ofereçam riscos de desmoronamento e

propiciem espaço seguro de trabalho.

**2**

**9.3.4.9** Passarelas, plataformas, beiras de cobertas abertas, bocas de celas de contêineres e grandes vãos entre cargas, com

diferença de nível superior a 2,00 m (dois metros), devem possuir guarda-corpo com 1,10 m (um metro e dez centímetros)

de altura.

**2**

**9.3.4.9.1** O trânsito de pessoas sobre os vãos entre cargas estivadas, só será permitido se cobertos com pranchas de

madeira de boa qualidade, seca, sem nós ou rachaduras que comprometam a sua resistência e sem pintura, podendo ser

utilizado material de maior resistência.

**2**

**9.3.4.9.2** É obrigatório o uso de escadas para a transposição de obstáculos de altura superior a 1,50 m (um metro e

cinqüenta centímetros).

**2**

**9.3.4.10** Os quartéis devem estar sempre em perfeito estado de conservação e nivelados, a fim de não criarem

irregularidades no piso.

**2**

**2**

**9.3.4.10.1** Os quartéis devem permanecer fechados por ocasião de trabalho na mesma coberta.

**9.3.4.11** Em locais em que não haja atividade, os vãos livres com risco de quedas, como bocas de agulheiros, cobertas e

outros, deve estar fechados.

**2**

**9.3.4.11.1** Quando em atividade, devem ser devidamente sinalizados, iluminados e protegidos com guarda-corpo, redes ou

madeiramento resistente.

**2**

**9.3.4.12** A altura entre a parte superior da carga e a coberta deve permitir ao trabalhador condições adequadas de postura

para execução do trabalho.

**2**

**9.3.4.13** Nas operações de carga e descarga com contêineres, ou demais cargas de altura equivalente, é obrigatório o uso de

escadas. Quando essas forem portáteis devem ultrapassar 1,00 m (um metro) do topo do contêiner, ser providas de sapatas,

sinalização refletiva nos degraus e montantes, não ter mais de 7,00 m (sete metros) de comprimento e ser construída de

material comprovadamente leve e resistente.

**2**

**9.3.4.14** Nas operações em embarcações do tipo transbordo horizontal (roll-on/roll-off) devem ser adotadas medidas

preventivas de controle de ruídos e de exposição a gases tóxicos.

**2**

**9.3.4.15** A carga deve ser estivada de forma que fique em posição segura, sem perigo de tombar ou desmoronar sobre os

trabalhadores no porão.

**2**

**9.3.4.16** O empilhamento de tubos, bobinas ou similares deve ser obrigatoriamente peado imediatamente após a estivagem

e mantido e adequadamente calçado. Os trabalhadores só devem se posicionar à frente desses materiais, por ocasião da

movimentação, quando absolutamente indispensável.

**2**

**9.3.4.17** A iluminação de toda a área de operação deve ser adequada, adotando-se medidas para evitar colisões e/ou

atropelamentos.

**2**

**9.3.4.18** A estivagem de carga deve ser efetuada à distância de 1,00 m (um metro) da abertura do porão, quando esta tiver

que ser aberta posteriormente.

**2**

**2**

**2**

**9.3.4.18.1** É proibida qualquer atividade laboral em cobertas distintas do mesmo porão e mesmo bordo simultaneamente.

**9.3.5** Trabalho com máquinas, equipamentos, aparelhos de içar e acessórios de estivagem.

**9.3.5.1** Os equipamentos: pás mecânicas, empilhadeiras, aparelhos de guindar e outros serão entregues para a operação em

perfeitas condições de uso.

**2**

**9.3.5.2** Todo equipamento de movimentação de carga deve apresentar, de forma legível, sua capacidade máxima de carga e

seu peso bruto, quando se deslocar de ou para bordo.

**2**

**9.3.5.2.1** A capacidade máxima de carga do aparelho não deve ser ultrapassada, mesmo que se utilizem dois equipamentos

cuja soma de suas capacidades supere o peso da carga a ser transportada, devendo ser respeitados seus limites de alcance,

salvo em situações excepcionais, com prévio planejamento técnico que garanta a execução segura da operação, a qual será

acompanhada pelo SESSTP ou SESMT conforme o caso.

**2**

**9.3.5.3** Somente pode operar máquinas e equipamentos o trabalhador habilitado e devidamente identificado.

**2**

**9.3.5.4** Não é permitida a operação de empilhadeiras sobre as cargas estivadas que apresentem piso irregular, ou sobre

quartéis de madeira.

**2**

**9.3.5.5** Todo trabalho em porões que utilize máquinas e equipamentos de combustão interna, deve contar com exaustores

cujos dutos estejam em perfeito estado, em quantidade suficiente e instalados de forma a promoverem a retirada dos gases

expelidos por essas máquinas ou equipamentos, de modo a garantir um ambiente propício à realização dos trabalhos em

conformidade com a legislação vigente.

**2**

**9.3.5.6** Os maquinários utilizados devem conter dispositivos que controlem a emissão de poluentes gasosos, fagulhas,

chamas e a produção de ruídos.

**2**

**9.3.5.7** É proibido o uso de máquinas de combustão interna e elétrica em porões e armazéns com cargas inflamáveis ou

explosivas, salvo se as especificações das máquinas forem compatíveis com a classificação da área envolvida.

**2**

**9.3.5.8** É proibido o transporte de trabalhadores em empilhadeiras e similares, exceto em operações de resgate e

salvamento.

**2**

**9.3.5.9** A empresa armadora e seus representantes no país são os responsáveis pelas condições de segurança dos

equipamentos de guindar e acessórios de bordo, devendo promover vistoria periódica, conforme especificações dos

fabricantes, através de profissionais, empresas e órgãos técnicos devidamente habilitados, promovendo o reparo ou troca das

partes defeituosas imediatamente após a constatação.

**2**

**9.3.5.10** Os equipamentos terrestres de guindar e os acessórios neles utilizados para içamento de cargas devem ser

periodicamente vistoriados e testados por pessoa física ou jurídica devidamente registrada no Conselho Regional de

Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

**2**

**2**

**9.3.5.10.1** A vistoria deve ser efetuada pelo menos uma vez a cada doze meses.

**9.3.5.10.2** Deve ser estabelecido cronograma para vistorias e testes dos equipamentos, os quais terão suas planilhas e

laudos encaminhados pelos detentores ou arrendatários dos mesmos ao OGMO, que dará conhecimento aos trabalhadores

envolvidos na operação.

**2**

**9.3.5.11** A vistoria realizada por Sociedade Classificadora, que atestar o bom estado de conservação e funcionamento dos

equipamentos de guindar e acessórios do navio, deve ser comprovada através de certificado que a ser exibido pelo

comandante da embarcação mediante solicitação da pessoa responsável envolvida nas operações que estiverem em curso na

embarcação, cabendo ao agente marítimo sua tradução, quando de origem estrangeira.

**2**

**9.3.5.12** Em se tratando de instalações portuárias de uso privativo, os laudos e planilhas das vistorias e testes devem ser

encaminhados à administração destas instalações e/ou empregadores, que darão conhecimento aos trabalhadores envolvidos

na operação e ao OGMO, quando utilizar trabalhadores avulsos.

**2**

**9.3.5.13** Os equipamentos em operação devem estar posicionados de forma que não ultrapassem outras áreas de trabalho,

não sendo permitido o trânsito ou permanência de pessoas no setor necessário à rotina operacional do equipamento.

**2**

**9.3.5.14** No local onde se realizam serviços de manutenção, testes e montagens de aparelhos de içar, a área de risco deve

ser isolada e devidamente sinalizada.

**2**

**9.3.5.15** Os aparelhos de içar e os acessórios de estivagem, devem trazer, de modo preciso e de fácil visualização, a

indicação de sua carga máxima admissível.

**2**

**9.3.5.16** Todo aparelho de içar deve ter afixado no interior de sua cabine tabela de carga que possibilite ao operador o

conhecimento da carga máxima em todas as suas condições de uso.

**2**

**9.3.5.17** Todo equipamento de guindar deve emitir sinais sonoros e luminosos, durante seus deslocamentos.

**2**

**2**

**9.3.5.18** Os guindastes sobre trilhos devem dispor de suportes de prevenção de tombamento.

**9.3.5.18.1** Todo equipamento de guindar sobre trilhos deve ser dotado de sistema de frenagem e ancoragem a fim de evitar

o seu deslocamento acidental pela ação do vento. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.3.5.18.2** No Plano de Controle de Emergência - PCE da instalação portuária devem constar todas as medidas aplicáveis

para prevenir acidentes pela ação do vento, sendo obedecidos os limites operacionais recomendados pelo fabricante do

equipamento de guindar. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.3.5.19** Os equipamentos de guindar quando não utilizados devem ser desligados e fixados em posição que não ofereça

riscos aos trabalhadores e à operação portuária.

**2**

**9.3.5.20** Toda embarcação deve conservar a bordo os planos de enxárcia/equipamento fixo, e todos os outros documentos

necessários para possibilitar a enxárcia correta dos mastros de carga e de seus acessórios que devem ser apresentados

quando solicitados pela inspeção do trabalho.

**2**

**9.3.5.21** No caso de acidente envolvendo guindastes de bordo, paus de carga, cábreas de bordo e similares, em que

ocorram danos nos equipamentos que impeçam sua operação, estes não poderão reiniciar os trabalhos até que os reparos e

testes necessários sejam feitos em conformidade com os padrões ditados pela Sociedade Classificadora do navio.

**2**

**9.3.5.22** Os acessórios de estivagem e demais equipamentos portuários devem ser mantidos em perfeito estado de

funcionamento e serem vistoriados pela pessoa responsável, antes do início dos serviços.

**2**

**2**

**2**

**9.3.5.23** Lingas descartáveis não devem ser reutilizadas, sendo inutilizadas imediatamente após o uso.

**9.3.5.24** Os ganchos de içar devem dispor de travas de segurança em perfeito estado de conservação e funcionamento.

**9.3.5.25** É obrigatória a observância das condições de utilização, dimensionamento e conservação de cabos de aço, anéis

de carga, manilhas e sapatilhos para cabos de aço utilizados nos acessórios de estivagem, nas lingas e outros dispositivos de

levantamento que formem parte integrante da carga, conforme o disposto nas normas técnicas da ABNT: NBR ISO

2

408:2008 versão corrigida 2009 (Cabos de aço para uso geral - Requisitos mínimos). NBR 11900/91 (Terminal para cabo

de aço - Parte 3: Olhal com presilha, 2408:2008 versão corrigida 2009 (Cabos de aço para uso geral - Requisitos mínimos),

ABNT NBR ISO 16798:2006 versão corrigida 2007 (Anel de carga Grau 8 para uso em lingas), ABNT NBR 13541-2:2012

(Linga de cabo de aço - Parte 2: Utilização e inspeção), NBR 13544/95 (Movimentação de Carga - Sapatilho para Cabo de

Aço) NBR 13545/95 (Movimentação de Carga - Manilha), e alterações posteriores. *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895,*

*de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**2**

**2**

**9.3.6.** Lingamento e deslingamento de cargas.

**9.3.6.1** O operador de equipamento de guindar deve certificar-se, de que os freios segurarão o peso a ser transportado.

**9.3.6.2** Todos os carregamentos devem lingar-se na vertical do engate do equipamento de guindar, observando-se em

especial:

a) o impedimento da queda ou deslizamento parcial ou total da carga;

b) de que nas cargas de grande comprimento como tubos, perfis metálicos, tubulões, tábuas e outros, sejam usadas no

mínimo 02 (duas) lingas/estropos ou através de uma balança com dois ramais;

c) de que o ângulo formado pelos ramais das lingas/estropos não excedam a 120º (cento e vinte graus), salvo em casos

especiais;

d) de que as lingas/estropos, estrados, paletes, redes e outros acessórios tenham marcada sua capacidade de carga de forma

bem visível.

**2**

**9.3.6.3** Nos serviços de lingamento e deslingamento de cargas sobre veículos com diferença de nível, é obrigatório o uso

de plataforma de trabalho segura do lado contrário ao fluxo de cargas. Nos locais em que não exista espaço disponível, será

utilizada escada.

**2**

**9.3.6.4** É proibido o transporte de materiais soltos sobre a carga lingada.

**2**

**2**

**9.3.6.5** A movimentação aérea de cargas deve ser necessariamente orientada por sinaleiro devidamente habilitado.

**9.3.6.5.1** O sinaleiro deve ser facilmente destacável das demais pessoas na área de operação pelo uso de coletes de cor

diferenciada.

**2**

**9.3.6.5.2** Nas operações noturnas o mesmo deve portar luvas de cor clara e colete, ambos com aplicações de material

refletivo.

**2**

**9.3.6.5.3** O sinaleiro deve localizar-se de modo que possa visualizar toda área de operação da carga e ser visto pelo

operador do equipamento de guindar. Quando estas condições não puderem ser atendidas deverá ser utilizado um sistema de

comunicação bilateral.

**2**

**9.3.6.5.4** O sinaleiro deve receber treinamento adequado para aquisição de conhecimento do código de sinais de mão nas

operações de guindar.

**2**

**2**

**9.3.7** Operações com contêineres.

**9.3.7.1** Na movimentação de carga e descarga de contêiner é obrigatório o uso de quadro posicionador dotado de travas de

acoplamento acionadas mecanicamente, de maneira automática ou manual, com dispositivo visual indicador da situação de

travamento e dispositivo de segurança que garanta o travamento dos quatro cantos.

**2**

**9.3.7.2** No caso de contêineres fora de padrão, avariados ou em condições que impeçam os procedimentos do subitem

2

9.3.7.1, será permitida a movimentação por outros métodos seguros, sob a supervisão direta do responsável pela operação.

**2**

**9.3.7.3** Nos casos em que a altura de empilhamento dos containeres for superior a 2 (dois) de alto, ou 5 m (cinco metros),

quando necessário e exclusivamente para o transporte de trabalhadores dos conveses para os containeres e vice-versa, deve

ser empregada gaiola especialmente construída para esta finalidade, com capacidade máxima de dois trabalhadores, dotada

de guarda-corpo e de dispositivo para acoplamento do cinto de segurança. Esta operação deve ser realizada com o uso de

um sistema de rádio que propicie comunicação bilateral adequada.

**2**

**9.3.7.4** O trabalhador que estiver sobre o contêiner deve estar em comunicação visual e utilizar-se de meios de rádio-

comunicação com sinaleiro e o operador de guindaste, os quais deverão obedecer unicamente as instruções formuladas pelo

trabalhador.

**2**

**2**

**9.3.7.4.1** Não é permitida a permanência de trabalhador sobre contêiner quando este estiver sendo movimentado.

**9.3.7.5** A abertura de contêineres contendo cargas perigosas deve ser efetuada por trabalhador usando EPI adequado ao

risco.

**2**

**9.3.7.5.1** Quando houver em um mesmo contêiner, cargas perigosas e produtos inócuos, prevalecem as recomendações de

utilização de EPI adequado à carga perigosa.

**2**

**9.3.7.6** Todos os contêineres que cheguem a um porto organizado, instalações portuárias de uso privativo, ou

retroportuários para serem movimentados, devem estar devidamente certificados, de acordo com a Convenção de Segurança

para Contêineres - CSC da Organização Marítima Internacional - OMI.

**2**

**9.3.7.7** Todo contêiner que requeira uma inspeção detalhada, deve ser retirado de sua pilha e conduzido a uma zona

reservada especialmente para esse fim, que disponha de meios de acesso seguros, tais como plataformas ou escadas fixas.

**2**

**9.3.7.8** Os trabalhadores devem utilizar-se de hastes guia ou de cabos, com a finalidade de posicionar o contêiner quando o

mesmo for descarregado sobre veículo.

**2**

**9.3.7.9** Cada porto organizado, instalação portuária de uso privativo e retroportuária deve dispor de um regulamento

próprio, estabelecendo ações coordenadas a serem adotadas na ocorrência de condições ambientais adversas.

**2**

**9.3.7.10** Nas operações com contêineres devem ser adotadas as seguintes medidas de segurança:

a) movimentá-los somente após o trabalhador haver descido do mesmo;

b) instruir o trabalhador quanto às posturas ergonômicas e seguras nas operações de estivagem, desestivagem, fixação e

movimentação de contêiner;

c) obedece r a sinalização e rotulagem dos contêineres quanto aos riscos inerentes a sua movimentação.

d) instruir trabalhador sobre o significado das sinalizações e das rotulagens de risco de contêineres, bem como dos

cuidados e medidas de prevenção a serem observados.

**2**

**2**

**9.3.8** Operações com granéis secos.

**9.3.8.1** Durante as operações devem ser adotados procedimentos que impeçam a formação de barreiras que possam por em

risco a segurança dos trabalhadores.

**2**

**9.3.8.2** Quando houver risco de queda ou deslizamento volumoso durante a carga ou descarga de granéis secos, nenhum

trabalhador deve permanecer no interior do porão e outros recintos similares.

**2**

**9.3.8.2.1** A avaliação específica de risco de queda de barreiras ou deslizamento de cargas de granel sólido armazenadas em

porões deve ser efetuada pela pessoa responsável, considerando-se, obrigatoriamente, o ângulo de repouso do produto,

conforme estabelecido na ficha do produto constante no Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas a Granel

(IMSBC), da IMO. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.8.3** Nas operações com pá mecânica no interior do porão, ou armazém, na presença de aerodispersóides, o operador

deve estar protegido por cabine resistente, fechada, dotada de ar condicionado, provido de filtro contra pó em seu sistema de

captação de ar.

**2**

**9.3.8.4** Nas operações com uso de caçambas, "grabs", moegas e pás carregadeiras, a produção de pó, derrames e outros

incidentes, deve ser evitada com as seguintes medidas: *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

a) umidificação da carga, caso sua natureza o permita;

b) manutenção periódica das caçambas, grabs, moegas e pás carregadeiras; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09*

*de dezembro de 2013)*

c) carregamento adequado das pás carregadeiras, evitando a queda do material por excesso;

d) abertura das caçambas ou basculamento de pás carregadeiras, na menor altura possível, quando da descarga;

e) estabilização de caçambas, moegas e pás carregadeiras, em sua posição de descarga, até que estejam totalmente vazias;

*(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

f) utilização de adaptadores apropriados ao veículo terrestre, com bocas de descarga e vedações em material flexível,

lonas, mantas de plásticos e outros, sempre que a descarga se realize diretamente de navio para caminhão, vagão ou

solo;

g) utilização de proteção na carga e descarga de granéis, que garanta o escoamento do material que caia no percurso entre

porão e costado do navio, para um só local no cais.

**2**

**9.3.8.5** Veículos e vagões transportando granéis sólidos devem estar cobertos, para trânsito e estacionamento em área

portuária.

**2**

**9.3.8.6** A moega ou funil utilizado no descarregamento de granéis sólidos deve ser vistoriado anualmente, devendo o

responsável técnico emitir um laudo, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA, que

comprove que a estrutura está em condições operacionais para suportar as tensões de sua capacidade máxima de carga de

trabalho seguro, de acordo com seu projeto construtivo. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.8.6.1** No caso de incidentes, avarias ou reformas nos equipamentos, estes somente podem iniciar seus trabalhos após

nova vistoria, obedecido o disposto no subitem 29.3.8.6. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.8.6.2** Toda moega/funil deve apresentar de forma legível sua capacidade máxima de carga e seu peso bruto. *(Inserido*

*pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.8.6.3** A moega ou funil deve oferecer as seguintes condições de trabalho ao operador:

*(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014 - prazo:24 meses)*

a) possuir cabine fechada que impeça a exposição do trabalhador à poeira e às intempéries;

b) possuir janela de material transparente e resistente ao vento, à chuva e à vibração;

c) possuir ar condicionado mantido em bom estado de funcionamento;

d) possuir escadas de acesso à cabine e parte superior dotadas de corrimão e guarda-corpo;

e) ter as instalações elétricas em bom estado, devidamente aterradas e protegidas;

f) possuir assento ergonômico de acordo com a NR-17.

**2**

**9.3.8.6.3.1** Moegas e funis operados de modo remoto ficam dispensados do disposto no subitem 29.3.8.6.3. *(Inserido pela*

*Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**2**

**9.3.9** Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

**9.3.9.1** Cada porto organizado e instalação portuária de uso privativo, deve dispor de um regulamento próprio que

discipline a rota de trafego de veículos, equipamentos, ciclistas e pedestres, bem como a movimentação de cargas no cais,

plataformas, pátios, estacionamentos, armazéns e de mais espaços operacionais.

**2**

**9.3.9.1.1** Cada porto organizado, terminal privativo e terminal retroportuário deve dispor de sinalização adequada, que

esteja contida em regulamento próprio, tais como sinalização vertical, horizontal, com dispositivos e sinalização auxiliares,

semafórica, por gestos, sonora, visando à adequação do trânsito de pedestres, tráfego de veículos, armazenamento de carga,

posicionamento de equipamentos fixos e móveis, a fim de preservar a segurança dos trabalhadores envolvidos nas diversas

atividades executadas nestas áreas. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.9.2** Os veículos automotores utilizados nas operações portuárias que trafeguem ou estacionem na área do porto

organizado e instalações portuárias de uso privativo devem possuir sinalização sonora e luminosa adequada para as

manobras de marcha-a-ré.

**2**

**9.3.9.3** As cargas transportadoras por caminhões ou carretas devem estar peadas ou fixas de modo a evitar sua queda

acidental.

**2**

**2**

**9.3.9.3.1** Nos veículos cujas carrocerias tenham assoalho, este deve estar em perfeita condições de uso e conservação.

**9.3.9.4** As pilhas de cargas ou materiais devem distar, pelo menos, de 1,50 m (um metro e cinqüenta centímetros) das

bordas do cais.

**2**

**9.3.9.5** Embalagens com produtos perigosos não devem ser movimentadas com equipamentos inadequados que possam

danificá-las.

**2**

**2**

**9.3.9.6** Segurança em Armazéns e Silos. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**9.3.9.6.1** Os armazéns e silos onde houver o trânsito de pessoas devem dispor de sinalização horizontal em seu piso,

demarcando área de segurança, e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local. *(Inserido pela Portaria*

*MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.9.6.2** Toda instalação portuária que tenha em sua área de abrangência local onde uma atmosfera explosiva de gás,

vapor, névoa e/ou poeira combustível esteja presente, ou possa estar presente, deve dispor de regulamento interno que

estabeleça normas de segurança para a entrada e permanência de pessoas nestes locais, liberação para serviços a quente

como solda elétrica ou corte a maçarico (oxiacetileno), circuito elétrico e iluminação classificado para este tipo de área e

sistema de aterramento que controle a energia estática, devendo ainda comprovar com documentação a efetiva execução das

recomendações de segurança para o controle dos riscos de explosões e incêndios. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de*

*1*

*6 de julho de 2014)*

**2**

**9.3.10** Segurança nos trabalhos de limpeza e manutenção nos portos e embarcações.

**2**

**9.3.10.1** Na limpeza de tanques de carga, óleo ou lastro de embarcações que contenham ou tenham contido produtos

tóxicos, corrosivos e/ou inflamáveis, é obrigatório:

a) a vistoria antecipada do local por pessoa responsável, com atenção especial no monitoramento dos percentuais de

oxigênio e de explosividade da mistura no ambiente;

b) o uso de exaustores, cujos dutos devem prolongar-se até o convés, para a eliminação de resíduos tóxicos;

c) o trabalho ser realizado em dupla, portando o observador um cabo de arrasto conectado ao executante;

d) o uso de aparelhos de iluminação e acessórios cujas especificações sejam adequadas à área classificada;

e) não fumar ou portar objetos que produzam chamas, centelhas ou faíscas;

f) o uso de equipamentos de ar mandado ou autônomo em ambientes com ar rarefeito ou impregnados por substâncias

tóxicas;

g) depositar em recipientes adequados as estopas e trapos usados, com óleo, graxa, solventes ou similares para serem

retirados de bordo logo após o término do trabalho;

**2**

**9.3.10.1.1** As determinações do item anterior aplicam-se também, nos locais confinados ou de produtos tóxicos ou

inflamáveis.

**2**

**9.3.10.2** São vedados os trabalhos simultâneos de reparo e manutenção com os de carga e descarga, que prejudiquem a

saúde e a integridade física dos trabalhadores.

**2**

**9.3.10.3** Nas pinturas, raspagens, apicoamento de ferragens e demais reparos em embarcações, é recomendada onde couber

a proteção dos trabalhadores através de:

a) andaimes com guarda-corpos ou, preferencialmente, com cadeiras suspensas;

b) uso de cinturão de segurança do tipo pára-quedista, fixado em cabo paralelo à estrutura donavio;

c) uso dos demais EPI necessários;

d) uso de colete salva-vidas aprovados pela DPC;

e) interdição quando necessário, da área abaixo desses serviços.

**2**

**9.3.11** Recondicionamento de embalagens

**2**

**9.3.11.1** Os trabalhos de recondicionamento de embalagens, nos quais haja risco de danos à saúde e a integridade física dos

trabalhadores, deve ser efetuada em local fora da área de movimentação de carga. Quando isto não for possível, a operação

no local será interrompida até a conclusão do reparo.

**2**

**9.3.11.2** No recondicionamento de embalagens com cargas perigosas, a área deve ser vistoriada, previamente, por pessoa

responsável, que definirá as medidas de proteção coletiva e individual necessárias.

**2**

**9.3.12** Segurança nos serviços do vigia de portaló.

**2**

**9.3.12.1** No caso do portaló não possuir proteção para o vigia se abrigar das intempéries, aplicam-se as disposições da NR-

2

1 (Trabalho a Céu Aberto) - itens 21.1 e 21.2 .

**2**

**9.3.12.2** Havendo movimentação de carga sobre o portaló ou outros postos onde deva permanecer um vigia portuário, este

se posicionará fora dele, em local seguro.

**2**

**9.3.12.3** Deve ser fornecido ao vigia assento com encosto, com forma levemente adaptada ao corpo para a proteção da

região lombar.

**2**

**2**

**9.3.13** Sinalização de segurança dos locais de trabalho portuários.

**9.3.13.1** Os riscos nos locais de trabalho, tais como: faixa primária, embarcações, abertura de acesso aos porões, conveses,

escadas, olhais, estações de força e depósitos de cargas devem ser sinalizados conforme NR-26 (Sinalização de Segurança).

**2**

**2**

**9.3.13.2** Quando a natureza do obstáculo exigir, a sinalização incluirá iluminação adequada.

**9.3.13.3** As vias de trânsito de veículos ou pessoas nos recintos e áreas portuárias, com especial atenção na faixa primária

do porto, em plataformas, rampas, armazéns e pátios devem ser sinalizadas, aplicando-se o Código Nacional de Trânsito do

Ministério da Justiça e NR - 26 (Sinalização de Segurança) no que couber.

**2**

**2**

**9.3.14** Iluminação dos locais de trabalho.

**9.3.14.1** Os porões, passagens de trabalhadores e demais locais de operação, devem ter níveis adequados de iluminamento,

obedecendo ao que estabelece a NR -17 (Ergonomia). Não sendo permitido níveis inferiores a 50 lux.

**2**

**9.3.14.2** Os locais iluminados artificialmente devem ser dotados de pontos de iluminação de forma que não provoquem

ofuscamento, reflexos, incômodos, sombras e contrastes excessivos aos trabalhadores, em qualquer atividade.

**2**

**2**

**9.3.15** Transporte de trabalhadores por via aquática.

**9.3.15.1** As embarcações que fizerem o transporte de trabalhadores, devem observar as normas de segurança estabelecidas

pela autoridade marítima.

**2**

**9.3.15.2** Os locais de atracação sejam fixos ou flutuantes, para embarque e desembarque de trabalhadores, devem possuir

dispositivos que garantam o transbordo seguro.

**2**

**2**

**2**

**9.3.16** Locais frigorificados.

**9.3.16.1** Nos locais frigorificados é proibido o uso de máquinas e equipamentos movidos a combustão interna.

**9.3.16.2** A jornada de trabalho em locais frigorificados deve obedecer a seguinte tabela:

**Tabela 1**

**Faixa de Temperatura de Máxima Exposição Diária Permissível para Pessoas Adequadamente Vestidas para**

**Bulbo Seco (C)**

**Exposição ao Frio.**

+

+

+

15,0 a -17,9 \*

12,0 a -17,9 \*\*

10,0 a -17,9 \*\*\*

Tempo total de trabalho no ambiente frio de 6 horas e 40 minutos, sendo quatro períodos

de 1 hora e 40 minutos alternados com 20 minutos de repouso e recuperação térmica fora

do ambiente de trabalho.

-

-

-

18,0 a -33,9

34,0 a -56,9

57,0 a -73,0

Tempo total de trabalho no ambiente frio de 4 horas alternando-se 1 hora de trabalho com

1

hora para recuperação térmica fora do ambiente frio.

Tempo total de trabalho no ambiente frio de 1 hora, sendo dois períodos de 30 minutos

com separação mínima de 4 horas para recuperação térmica fora do ambiente frio.

Tempo total de trabalho no ambiente frio de 5 minutos sendo o restante da jornada

cumprida obrigatoriamente fora de ambiente frio.

Abaixo de -73,0

Não é permitida a exposição ao ambiente frio, seja qual for a vestimenta utilizada.

(\*) faixa de temperatura válida para trabalhos em zona climática quente, de acordo com o mapa oficial do IBGE.

(\*\*) faixa de temperatura válida para trabalhos em zona climática sub-quente, de acordo com o mapa oficial do IBGE.

(\*\*\*) faixa de temperatura válida para trabalhos em zona climática mesotérmica, de acordo com o mapa oficial do IBGE.

**2**

**2**

**9.4** CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

**9.4.1** As instalações sanitárias, vestiários, refeitórios, locais de repouso e aguardo de serviços devem ser mantidos pela

administração do porto organizado, pelo titular da instalação portuária de uso privativo e retroportuária, conforme o caso, e

observar o disposto na NR-24 condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

**2**

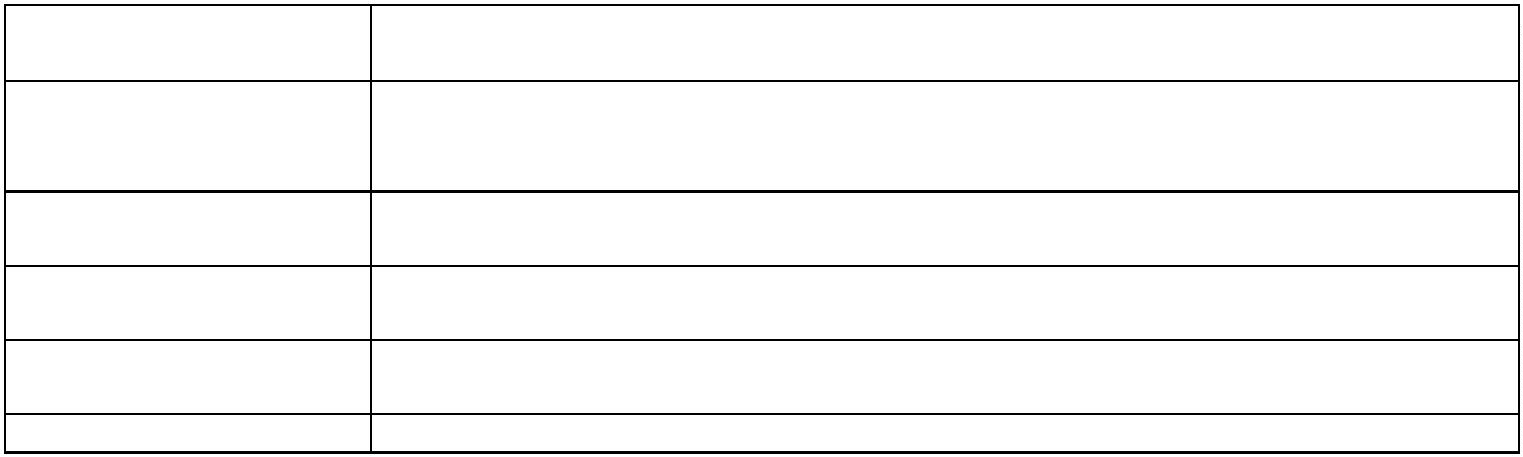
**9.4.1.1** Toda instalação portuária deve ser dotada de local para aguardo de serviço que deve: *(Inserido pela Portaria MTE*

*n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

a) ter paredes em alvenaria ou material equivalente;

b) ter piso em concreto cimentado ou material equivalente;

c) ter cobertura que proteja contra as intempéries;



d) possuir área de ventilação natural, composta por, no mínimo, duas aberturas adequadamente dispostas para permitir

eficaz ventilação interna;

e) garantir condições de conforto térmico, acústico e de iluminação;

f) ter assentos em número suficiente para atender aos usuários durante a sua pausa na jornada de trabalho;

g) ter pé direito de 2,40m ou respeitando-se o que determinar o código de obras do município;

h) Possuir proteção contra riscos de choque elétrico e aterramento elétrico;

i) ser identificado de forma visível, sendo proibida sua utilização para outras finalidades;

j) ser mantido em perfeito estado de conservação e limpeza.

**2**

**9.4.1.2** Toda instalação portuária deve ser dotada de um local de repouso, destinado aos trabalhadores que operem

equipamentos portuários de grande porte, ou àqueles cuja análise ergonômica exija que o trabalhador tenha períodos de

descansos intrajornadas. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014 - prazo:06 meses)*

**2**

**9.4.1.2.1** O local de repouso deve ser climatizado, dotado de isolamento acústico eficiente e mobiliário apropriado ao

descanso dos usuários. *(Inserido pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

**2**

**9.4.2** As instalações sanitárias devem estar situadas à distância máxima de 200 m (duzentos metros) dos locais das

operações portuárias.

**2**

**9.4.3** As embarcações devem oferecer aos trabalhadores em operação a bordo, instalações sanitárias, com gabinete

sanitário e lavatório, em boas condições de higiene e funcionamento. Quando não for possível este atendimento, o operador

portuário deverá dispor, a bordo, de instalações sanitárias móveis, similares às descritas (WC - Químico).

**2**

**2**

**2**

**9.4.4** O transporte de trabalhadores ao longo do porto deve ser feito através de meios seguros.

**9.5** PRIMEIROS SOCORROS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**9.5.1** Todo porto organizado, instalação portuária de uso privativo e retroportuária deve dispor de serviço de atendimento

de urgência, próprio ou terceirizado, mantido pelo OGMO ou empregadores, possuindo equipamentos e pessoal habilitado a

prestar os primeiros socorros e prover a rápida e adequada remoção de acidentado.

**2**

**9.5.2** Para o resgate de acidentado em embarcações atracadas devem ser mantidas, próximas a estes locais de trabalho,

gaiolas e macas em bom estado de conservação e higiene, não podendo ser utilizadas para outros fins. *(Alterado pela*

*Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**9.5.3** Nos trabalhos executados em embarcações ao largo deve ser garantida comunicação eficiente e meios para, em caso

de acidente, prover a rápida remoção do acidentado, devendo os primeiros socorros serem prestados por trabalhador

treinado para este fim.

**2**

**9.5.4** No caso de acidente a bordo em que haja morte, perda de membro, função orgânica ou prejuízo de grande monta, o

responsável pela embarcação deve comunicar, imediatamente, à Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências e ao

órgão regional do MTE.

**2**

**9.5.4.1** O local do acidente deve ser isolado, estando a embarcação impedida de suspender (zarpar) até que seja realizada a

investigação do acidente por especialistas desses órgãos e posterior liberação do despacho da embarcação pela Capitania

dos Portos, suas Delegacias ou Agência.

**2**

**9.5.4.2** Estando em condições de navegabilidade e não trazendo prejuízos aos trabalhos de investigação do acidente e a

critério da Capitania dos Portos, suas Delegacias e Agências, o navio poderá ser autorizado a deslocar-se do berço de

atracação para outro local, onde será concluída a análise do acidente.

**2**

**2**

**9.6** OPERAÇÕES COM CARGAS PERIGOSAS

**9.6.1** Cargas perigosas são quaisquer cargas que, por serem explosivas, gases comprimidos ou liquefeitos, inflamáveis,

oxidantes, venenosas, infecciosas, radioativas, corrosivas ou poluentes, possam representar riscos aos trabalhadores e ao

ambiente.

**9.6.1.1** O termo cargas perigosas inclui quaisquer receptáculos, tais como tanques portáteis, embalagens, contentores

**2**

intermediários para graneis (IBC) e contêineres-tanques que tenham anteriormente contido cargas perigosas e estejam sem a

devida limpeza e descontaminação que anulem os seus efeitos prejudiciais.

**2**

**9.6.1.2** As cargas perigosas embaladas ou a granel, serão abrangidas conforme o caso, por uma das convenções ou códigos

internacionais publicados da OMI, constantes do Anexo IV.

**2**

**2**

**9.6.2** As cargas perigosas se classificam de acordo com tabela de classificação contida no Anexo V desta NR.

**9.6.2.1** Deve ser instalado um quadro obrigatório contendo a identificação das classes e tipos de produtos perigosos, em

locais estratégicos, de acordo com os símbolos padronizados pela OMI, conforme Anexo VI.

**2**

**2**

**2**

**9.6.3** Obrigações e competências

**9.6.3.1** Do armador ou seu preposto

**9.6.3.1.1** O armador ou seu preposto, responsável pela embarcação que conduzir cargas perigosas embaladas destinadas ao

porto organizado e instalação portuária de uso privativo, dentro ou fora da área do porto organizado, ainda que em trânsito,

deverá enviar à administração do porto e ao OGMO, pelo menos 24 h (vinte quatro horas) antes da chegada da embarcação,

a documentação contendo: *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*:

a) declaração de mercadorias perigosas conforme o Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas - código

IMDG, com as seguintes informações, conforme modelo do Anexo VII.

I. nome técnico das substâncias perigosas, classe e divisão de risco;

II. número ONU - número de identificação das substâncias perigosas estabelecido pelo Comitê das Nações Unidas e

grupo de embalagem;

III. ponto de fulgor, e quando aplicável, temperatura de controle e de emergência dos líquidos inflamáveis;

IV. quantidade e tipo de embalagem da carga;

V. identificação de carga como poluentes marinhos;

b) ficha de emergência da carga perigosa, em português, contendo, no mínimo, as informações constantes do modelo do

Anexo VIII; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

c) indicação das cargas perigosas - qualitativa e quantitativamente - segundo o código IMDG, informando as que serão

descarregadas no porto e as que permanecerão a bordo, com sua respectiva localização.

**2**

**2**

**9.6.3.2** Do exportador e seu preposto.

**9.6.3.2.1** Na movimentação de carga perigosa embalada para exportação, o exportador ou seu preposto deve fornecer à

administração do porto e ao OGMO, a documentação de que trata o subitem 6.3.1.1 com antecedência mínima de 48 h

(quarenta e oito horas) do embarque.

**2**

**2**

**9.6.3.3** Do responsável pela embarcação com cargas perigosas.

**9.6.3.3.1** Durante todo o tempo de atracação de uma embarcação com carga perigosa no porto, o seu comandante deve

adotar os procedimentos contidos no seu plano de controle de emergências o qual, entre outros, deve assegurar:

a) manobras de emergência, reboque ou propulsão;

b) manuseio seguro de carga e lastro;

c) controle de avarias.

**2**

**9.6.3.3.2** O comandante deve informar imediatamente à administração do porto e ao operador portuário, qualquer incidente

ocorrido com as cargas perigosas que transporta, quer na viagem, quer durante sua permanência no porto.

**2**

**9.6.3.4** Cabe à administração do porto:

a) divulgar à guarda portuária toda a relação de cargas perigosas recebida do armador ou seu preposto;

b) manter em seu arquivo literatura técnica referente às cargas perigosas, devidamente atualizada;

c) criar e coordenar o Plano de Controle de Emergência (PCE);

d) participar do Plano de Ajuda Mútua (PAM);

**2**

**9.6.3.5** Cabe ao OGMO, titular de instalação portuária de uso privativo ou empregador: *(Alterado pela Portaria MTE n.º*

*1*

*.080, de 16 de julho de 2014)*

a) enviar, aos sindicatos dos trabalhadores envolvidos com a operação, cópia da documentação de que trata os subitens

9.6.3.1.1, alíneas ‘b’ e ‘c’, e 29.6.3.2.1 desta NR, com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) do início da

2

operação; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.080, de 16 de julho de 2014)*

b) instruir o trabalhador portuário, envolvido nas operações com cargas perigosas, quanto aos riscos existentes e cuidados

a serem observados durante o manejo, movimentação, estiva e armazenagem nas zonas portuárias;

c) participar da elaboração e execução do PCE;

d) responsabilizar-se pela adequada proteção de todo o pessoal envolvido diretamente com a operação;

e) supervisionar o uso dos equipamentos de proteção específicos para a carga perigosa manuseada;

**2**

**9.6.3.6** Cabe ao trabalhador:

a) habilitar-se por meio de cursos específicos, oferecidos pelo OGMO, titular de instalação portuária de uso privativo ou

empregador, para operações com carga perigosa;

b) comunicar ao responsável pela operação as irregularidades observadas com as cargas perigosas;

c) participar da elaboração e execução do PCE e PAM;

d) zelar pela integridade dos equipamentos fornecidos e instalações;

e) fazer uso adequado dos EPI e EPC fornecidos.

**2**

**9.6.4** Nas operações com cargas perigosas devem ser obedecidas as seguintes medidas gerais de segurança:

a) somente devem ser manipuladas, armazenadas e estivadas as substâncias perigosas que estiverem embaladas,

sinalizadas e rotuladas de acordo com o código marítimo internacional de cargas perigosas (IMDG);

b) as cargas relacionadas abaixo devem permanecer o tempo mínimo necessário próximas às áreas de operação de carga e

descarga:

I. explosivos em geral;

II. gases inflamáveis (classe 2.1) e venenosos (classe 2.3);

III. radioativos;

IV. chumbo tetraetila;

V. poliestireno expansível;

VI. perclorato de amônia, e

VII. mercadorias perigosas acondicionadas em contêineres refrigerados;

c) as cargas perigosas devem ser submetidas a cuidados especiais, sendo observadas, dentre outras, as providências para

adoção das medidas constantes das fichas de emergências a que se refere o subitem 29.6.3.1.1 alínea "b" desta NR,

inclusive aquelas cujas embalagens estejam avariadas ou que estejam armazenadas próximas a cargas nessas condições;

d) é vedado lançar na água, direta ou indiretamente, poluentes resultantes dos serviços de limpeza e trato de vazamento de

carga perigosa.

**2**

**9.6.4.1** Nas operações com explosivos - Classe 1:

a) limitar a permanência de explosivos nos portos ao tempo mínimo necessário;

b) evitar a exposição dos explosivos aos raios solares;

c) manipular em separado as distintas divisões de explosivos, salvo nos casos de comprovada compatibilidade;

d) adotar medidas de proteção contra incêndio e explosões no local de operação, incluindo proibição de fumar e o controle

de qualquer fonte de ignição ou de calor;

e) impedir o abastecimento de combustíveis na embarcação, durante essas operações;

f) proibir a operação com explosivos sob condições atmosféricas adversas à carga;

g) utilizar somente aparelhos e equipamentos cujas especificações sejam adequadas ao risco;

h) estabelecer zona de silêncio na área de manipulação - proibição do uso de transmissor de rádio, telefone celular e radar -

exceto por permissão de pessoa responsável;

i) proibir a realização de trabalhos de reparos nas embarcações atracadas, carregadas com explosivos ou em outras, a

menos de 40 m (quarenta metros) dessa embarcação; e

j) determinar que os explosivos sejam as últimas cargas a embarcar e as primeiras a desembarcar.

**2**

**9.6.4.2** Operações com gases e líquidos inflamáveis - Classes 2 e 3**.**

a) adotar medidas de proteção contra incêndio e explosões, incluindo especialmente a proibição de fumar, o controle de

qualquer fonte de ignição e de calor, os aterramentos elétricos necessários, bem como a utilização dos equipamentos

elétricos adequados à área classificada;

b) depositar os recipientes de gases em lugares arejados e protegidos dos raios solares;

c) utilizar os capacetes protetores das válvulas dos cilindros durante, a movimentação a fim de protegê-las contra impacto

ou tensão;

d) prevenir impactos e quedas dos recipientes nas plataformas do cais, nos armazéns e porões;

e) segregar, em todas as etapas das operações, os gases, líquidos inflamáveis e tóxicos dos produtos alimentícios e das

demais classes incompatíveis;

f) observar as seguintes recomendações, nas operações com gases e líquidos inflamáveis, sem prejuízo do disposto na NR-

1

6 (Atividades e Operações Perigosas) e NR-20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis):

I. isolar a área a partir do ponto de descarga durante as operações;

II. manter a fiação e terminais elétricos com isolamento perfeito e com os respectivos tampões, inclusive os instalados

nos guindastes;

III. manter os guindastes totalmente travados, tanto no solo como nas superestruturas;

IV. realizar inspeções visuais e testes periódicos nos mangotes, mantendo-as em boas condições de uso operacional;

V. fiscalizar permanentemente a operação, paralisando-a sob qualquer condição de anormalidade operacional;

VI. alojar, nos abrigos de material de combate a incêndio, os equipamentos necessários ao controle de emergências;

VII. instalar na área delimitada, durante a operação e em locais de fácil visualização, placas em fundo branco, com os

seguintes dizeres pintados em vermelho refletivo: NÃO FUME - NO SMOKING; NÃO USE LÂMPADAS

DESPROTEGIDAS - NO OPEN LIGHTS;

VIII. instalar na área delimitada da faixa do cais, onde se encontram as tomadas e válvulas de gases e líquidos

inflamáveis, placa com fundo branco, pintadas em vermelho refletivo e em local de fácil visualização, com os

dizeres: NÃO FUME - NO SMOKING; NÃO USE LÂMPADAS DESPROTEGIDAS - NO OPEN LIGHTS.

g) manter os caminhões-tanques usados nas operações com inflamáveis líquidos a granel em conformidade com a

legislação sobre transporte de produtos perigosos.

**2**

**9.6.4.3** Operações com sólidos e outras substâncias inflamáveis - Classe 4.

a) adotar medidas preventivas para controle não somente do risco principal, como também dos riscos secundários, como

toxidez e corrosividade, encontrados em algumas substâncias desta classe;

b) adotar as práticas de segurança, relativas as cargas sólidas a granel, que constam do suplemento ao código IMDG;

c) utilizar medidas de proteção contra incêndio e explosões, incluindo especialmente a proibição de fumar e o controle de

qualquer fonte de ignição e de calor;

d) adotar medidas que impeçam o contato da água com substâncias das subclasses 4.2 substâncias sujeitas a combustão

espontânea e 4.3- substâncias perigosas em contato com a água;

e) adotar medidas que evitem a fricção e impactos com a carga;

f) ventilar o local de operação que contém ou conteve substâncias da classe 4, antes dos trabalhadores terem acesso ao

mesmo. No caso de concentração de gases, os trabalhadores que adentrem neste espaço devem portar aparelhos de

respiração autônoma, cintos de segurança com dispositivos de engate, travamento e cabo de arrasto;

g) monitorar, antes e durante a operação de descarga de carvão ou pré-reduzidos de ferro, a temperatura do porão e a

presença de hidrogênio ou outros gases no mesmo, para as providências devidas.

**2**

**9.6.4.4** Operações com substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos - Classe 5.

a) adotar medidas de segurança contra os riscos específicos desta classe e os secundários, como corrosão e toxidez, que ela

possa apresentar;

b) adotar medidas que impossibilitem o contato das substâncias dessa classe com os materiais ácidos, óxidos metálicos e

aminas;

c) monitorar e controlar a temperatura externa, até seu limite máximo, dos tanques que contenham peróxidos orgânicos;

d) adotar medidas de proteção contra incêndio e explosões, incluindo especialmente a proibição de fumar e o controle de

qualquer fonte de ignição e de calor.

**2**

**9.6.4.5** Nas operações com substâncias tóxicas e infectantes - Classe 6.

a) segregar substâncias desta classe dos produtos alimentícios;

b) manipular cuidadosamente as cargas, especialmente aquelas simultaneamente tóxicas e inflamáveis;

c) restringir o acesso à área operacional e circunvizinhas, somente ao pessoal envolvido nas operações;

d) dispor de conjuntos adequados de EPC e EPI, para o caso de avarias ou na movimentação de graneis da Classe 6 ;

e) dispor, no local das operações, de sacos com areia limpa e seca ou similares, para absorver e conter derramamentos;

f) proibir a participação de trabalhadores, na manipulação destas cargas, principalmente da Classe 6.2 - substâncias

infectantes, quando portadores de erupções, úlceras ou cortes na pele;

g) proibir comer, beber ou fumar na área operacional e nas proximidades;

**2**

**9.6.4.6** Nas operações com materiais radioativos - Classe 7:

a) exigir que as embarcações de bandeira estrangeira que transportem materiais radioativos apresentem, para a admissão

no porto, a documentação fixada no "Regulamento para o Transporte com Segurança de Materiais Radioativos", da

Agência Internacional de Energia Atômica. No caso de embarcações de bandeira brasileira, deverá ser atendida a

"Norma de Transporte de Materiais Radioativos" - Resolução da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN 13/80

e Norma CNEN-NE 5.01/88 e alterações posteriores;

b) obedecer às normas de segregação desses materiais, constantes no IMDG, com as distâncias de afastamento aplicáveis,

constante no “Regulamento para o Transporte com Segurança de Materiais Radioativos”, da Agência Internacional de

Energia Atômica; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

c) a autorização para a atracação de embarcação com carga da Classe 7 deve ser precedida pela confirmação de que as

exigências contidas no subitem 29.6.4.6 alíneas “a” e “b” desta NR foram adequadamente cumpridas, sendo que esta

confirmação deve ser feita com base nas informações contidas nos documentos de transporte; *(Alterada pela Portaria*

*MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

d) em caso de acidente/incidente com ou sem danos aos embalados, a pessoa responsável deverá solicitar a presença do

Supervisor de Proteção Radiológica - SPR - designado pelo expedidor ou destinatário da carga, para avaliação geral,

que decidirá formalmente pelos procedimentos a serem adotados; *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de*

*dezembro de 2013)*

e) é assegurado ao pessoal envolvido nas operações com materiais radioativos, o total acesso aos dados e resultados da

eventual monitoração e do consequente controle da exposição. *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de*

*dezembro de 2013)*

**2**

**9.6.4.7** Nas operações com substâncias corrosivas - Classe 8:

a) adotar medidas de segurança que impeçam o contato de substâncias dessa classe com a água ou com temperatura

elevada;

b) utilizar medidas de proteção contra incêndio e explosões, incluindo especialmente a proibição de fumar e o controle de

qualquer fonte de ignição e de calor;

c) dispor, no local das operações, de sacos com areia limpa e seca ou similares, para absorver e conter eventuais

derramamentos.

**2**

**9.6.4.8** Nas operações com misturas de substâncias e artigos perigosos - Classe 9 *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895,*

*de 09 de dezembro de 2013)*

a) adotar medidas preventivas dos riscos dessas substâncias, que podem ser inflamáveis, irritantes e, afora outros riscos,

passíveis de uma decomposição ou alteração durante o transporte;

b) rotular as embalagens e contêineres com o nome técnico dessas substâncias, marcados de forma indelével;

c) utilizar medidas de proteção contra incêndio e explosões, incluindo especialmente a proibição de fumar e o controle de

qualquer fonte de ignição e de calor;

d) dispor, no local das operações, de sacos com areia limpa e seca ou similares, para absorver e conter derramamentos;

e) adotar medidas de controle de aerodispersóides.

**2**

**2**

**9.6.5** Armazenamento de cargas perigosas.

**9.6.5.1** A administração portuária, em conjunto com o SESSTP, deve fixar em cada porto, a quantidade máxima total por

classe e subclasse de substâncias a serem armazenadas na zona portuária, obedecendo-se as recomendações contidas na

tabela de segregação, Anexo IX.

**2**

**2**

**2**

**9.6.5.2** Os depósitos de cargas perigosas devem ser compatíveis com as características dos produtos a serem armazenados.

**9.6.5.3** Não serão armazenadas cargas perigosas em embalagens inadequadas ou avariadas.

**9.6.5.4** Deve ser realizada vigilância permanente e inspeção diária da carga armazenada, adotando-se, nos casos de avarias,

os procedimentos previstos na respectiva ficha de emergência referida no subitem 29.6.3.1 alínea "b" desta norma.

**2**

**9.6.5.6** Armazenamento de explosivos

**2**

**9.6.5.6.1** Não é permitido o armazenamento de explosivos na área portuária, e a sua movimentação será efetuada conforme

o disposto na NR-19 explosivos.

**2**

**9.6.5.7** Armazenamento de gases e de líquidos inflamáveis.

**2**

**9.6.5.7.1** No armazenamento de gases e de líquidos inflamáveis será observada a NR-20 combustíveis líquidos e

inflamáveis, a NBR 7505 - armazenamento de petróleo e seus derivados líquidos e as seguintes prescrições gerais:

a) os gases inflamáveis ou tóxicos devem ser depositados em lugares adequadamente ventilados e protegidos contra as

intempéries, incidência d os raios solares e água do mar, longe de habitações e de qualquer fonte de ignição e calor que

não esteja sob controle;

b) no caso de suspeita de vazamento de gases, devem ser adotadas as medidas de segurança constantes do PCE, a que se

refere o item 29.6.6 desta NR;

c) os gases inflamáveis serão armazenados, adequadamente segregados de outras cargas perigosas, conforme tabela de

segregação (Anexo IX) e completamente isolados de alimentos;

d) os armazéns e os tanques de inflamáveis a granel devem ser providos de instalações e equipamentos de combate a

incêndio.

**2**

**2**

**9.6.5.8** Armazenamento de inflamáveis sólidos

**9.6.5.8.1** No armazenamento de inflamáveis sólidos devem ser utilizados depósitos especiais e observadas as seguintes

prescrições gerais:

a) os recipientes devem ser armazenados em compartimentos bem ventilados ou ao ar livre, protegidos de intempéries,

água do mar, bem como de fontes de calor e de ignição que não estejam sob controle;

b) os sólidos inflamáveis da subclasse 4.1 podem ser armazenados em lugares abertos ou fechados;

c) os da subclasses 4.2 e 4.3 devem ser depositados em lugares abertos rigorosamente protegidos do contato com a água e

a umidade;

d) no caso de substâncias tóxicas, isolar rigorosamente dos gêneros alimentícios;

e) as substâncias desta classe devem ser armazenadas de conformidade com a tabela de segregação no Anexo IX.

**2**

**2**

**2**

**9.6.5.9** Armazenamento de oxidantes e peróxidos.

**9.6.5.9.1** O armazenamento de produtos da classe 5 será feito em depósitos específicos.

**9.6.5.9.2** Antes de armazenar estes produtos, verificar se o local está limpo, sem a presença de material combustível ou

inflamável.

**2**

**9.6.5.9.3** Obedecer à segregação das cargas desta classe 5, com outras incompatíveis, de conformidade com a tabela de

segregação (Anexo IX).

**2**

**9.6.5.9.4** Durante o armazenamento, os peróxidos orgânicos devem ser mantidos refrigerados e longe de qualquer fonte

artificial de calor ou ignição.

**2**

**2**

**9.6.5.10** Armazenamento de substâncias tóxicas e infectantes.

**9.6.5.10.1** Substâncias tóxicas devem ser armazenadas em depósitos especiais, espaços bem ventilados e em recipientes

que poderão ficar ao ar livre, desde que protegidos do sol, de intempéries ou da água do mar.

**2**

**9.6.5.10.2** Quando as substâncias tóxicas forem armazenadas em recintos fechados, estes locais devem dispor de

ventilação forçada. O armazenamento dessas substâncias deve ser feito mantendo sob controle o risco das fontes de calor,

incluindo faíscas, chamas ou canalização de vapor.

**2**

**9.6.5.10.3** Para evitar contaminação, as substâncias desta classe devem ser armazenadas em ambientes distintos dos de

gêneros alimentícios.

**2**

**2**

**9.6.5.10.4** No armazenamento será observada a tabela de segregação, constante do Anexo IX.

**9.6.5.10.5** As substâncias da subclasse 6.2 só poderão ser armazenadas em caráter excepcional e mediante autorização da

vigilância sanitária.

**2**

**2**

**9.6.5.11** Armazenamento de substâncias radioativas.

**9.6.5.11.1** ~~O armazenamento de substâncias radioativas será feito em depósitos especiais, de acordo com as~~

~~recomendações da CNEN;~~ *(Revogado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**2**

**2**

**2**

**9.6.5.11.2** No armazenamento destas cargas, será obedecida a tabela de segregação do Anexo IX.

**9.6.5.12** Armazenamento de substâncias corrosivas.

**9.6.5.12.1** As substâncias corrosivas devem ser armazenadas em locais abertos ou

em recintos fechados bem ventilados.

**2**

**9.6.5.12.2** Quando a céu aberto, as embalagens devem ficar protegidas de intempéries ou de água, mantendo sob controle

os riscos das fontes de calor, chamas, faíscas ou canalizações de vapor.



**2**

**2**

**2**

**9.6.5.12.3** No armazenamento destas cargas, deve ser obedecida a tabela de segregação do Anexo IX.

**9.6.5.13** Armazenamento de substâncias perigosas diversas.

**9.6.5.13.1** As substâncias desta classe, armazenadas em lugares abertos ou fechados, devem receber os cuidados

preventivos aos seus riscos principais e secundários.

**2**

**9.6.5.13.2** No armazenamento destas cargas, aplica-se a tabela de segregação, conforme Anexo IX, ficando segregadas de

alimentos.

**2**

**2**

**9.6.6** Plano de Controle de Emergência - PCE e Plano de Ajuda Mútua - PAM.

**9.6.6.1** Devem ser adotados procedimentos de emergência, primeiros socorros e atendimento médico, constando para cada

classe de risco a respectiva ficha, nos locais de operação dos produtos perigosos.

**2**

**9.6.6.2** Os trabalhadores devem ter treinamento específico em relação às operações com produtos perigosos.

**2**

**9.6.6.3** O plano de atendimento às situações de emergência deve ser abrangente, permitindo o controle dos sinistros

potenciais, como explosão, contaminação ambiental por produto tóxico, corrosivo, radioativo e outros agentes agressivos,

incêndio, abalroamento e colisão de embarcação com o cais.

**2**

**9.6.6.4** Os PCE e PAM devem prever ações em terra e a bordo, e deverá ser exibido aos agentes da inspeção do trabalho,

quando solicitado.

**ANEXO I - MAPAS**

**MAPA 1**

Acidente com Vitima \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data do Mapa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local

N°

Absoluto

(Abs)

N° Abs N° Abs N° Abs Índice relativo Dias/Home Taxa de

Óbitos

Índice de

avaliação

da

c/afast. c/afast.

s/afast

total de

Trabalhadores

m perdidos Freqüênc

ia

 15

 15

dias

dias

gravidade

Total do

Setor

**MAPA II**

Doenças Ocupacionais: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data do Mapa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tipo de Doença

N° Absoluto Setores de

de caso

N° relativo N° de

Óbitos

N° de trabalhadores N° de Trabalhadores

transferidos p/ outra definitivamente

atividades dos de casos

portadores

atividade

incapacitados

(\*) codificar no verso. Por exemplo, 1- Serviço de estiva, 2- Conserto de Carga, 3- Capatazia.

**MAPA III**

INSALUBRIDADE: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

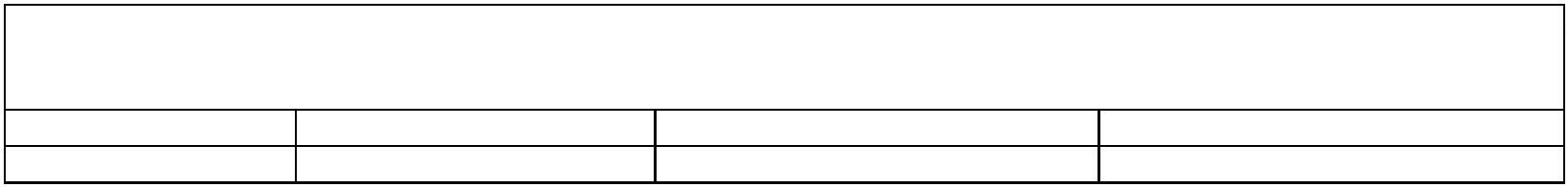
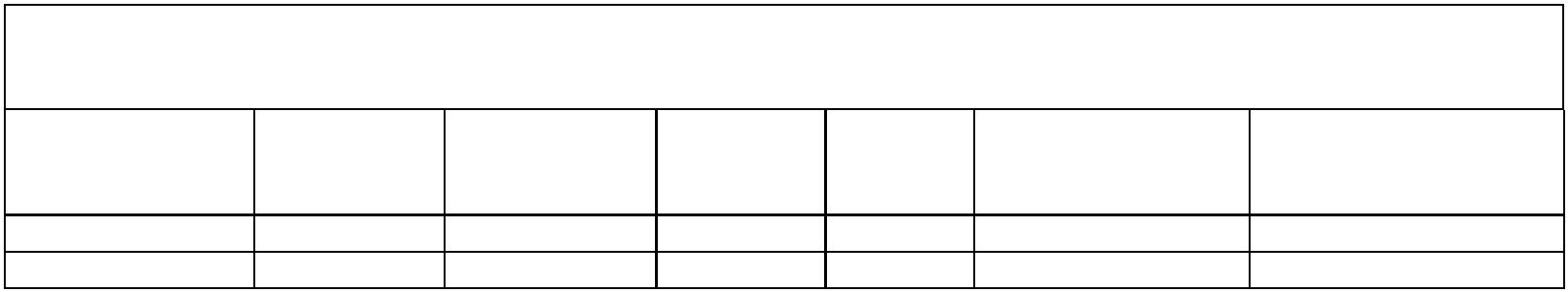
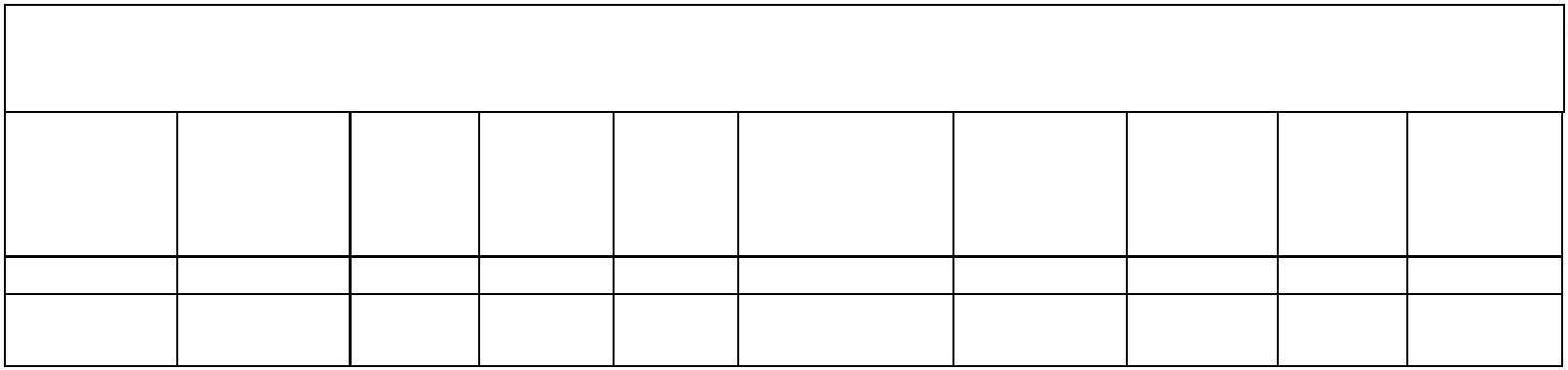
Setor/Atividade

Agentes Identificados

Intensidade ou Concentração

N° de Trabalhadores Expostos

**MAPA IV**



ACIDENTES SEM VÍTIMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data do Mapa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Total do Estabelecimento



**ANEXO II**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**Ficha de Identificação**

**NR-29**

**Anexo**

**Identificação**

0

0

1. Razão Social \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Telefone: ( ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ E-Mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

0

3. Número do CGC: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 04. CNAE: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 05. No Registro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data do Início da Atividade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados Gerais

Quant

Informações Gerais

Sim Não

0

0

0

7. N° de Reuniões Ordinárias no Trimestre

8. N° de representantes na CPATP

9. N° de Trabalhadores capacitados em prevenção

13. O responsável pelo setor do acidentes

compareceu a reunião extraordinária?

14. A CPATP tem recebido sugestões dos

trabalhadores?

de acidentes

1

1

0. N° total de horas empregadas em capacitação

1. N° de investigações e inspeções realizadas pela

15. Existe SESTP?

16. A CPATP foi orientada pelo SESTP?

17. A CPATP recebeu orientação da DRT ou

Fundacentro?

CPATP

1

2. Nº de reuniões extraordinárias no semestre

1

8. Todos os representantes da CPATP foram

capacitados em Prevenção de Acidentes?

**Informações Estatísticas**

Ano Base: \_\_\_\_\_\_\_\_\_ Semestre: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1

2

9. N° médio de trabalhadores no semestre: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

0. N° de homens horas trabalhadas no semestre: \_\_\_\_\_\_\_

**Número**

**Acidente Típico**

**Doença Profissional**

**Acidente de Trajeto**

Mortes

Acidentes

Dias Perdidos

Dias Debitados

21.

24.

27.

30.

22.

25.

28.

31.

23.

26.

29.

32.

**3**

**3. Resumo das Recomendações**

A presente declaração é a expressão da verdade

Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante da CPATP

Instruções de preenchimento do Anexo II

1

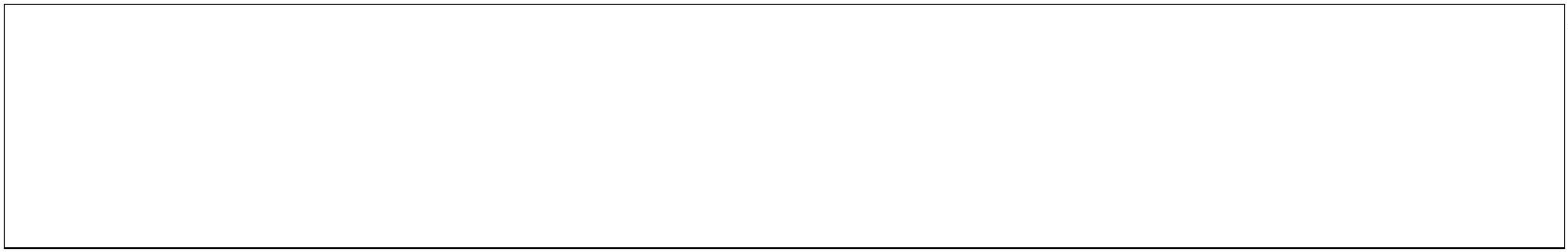
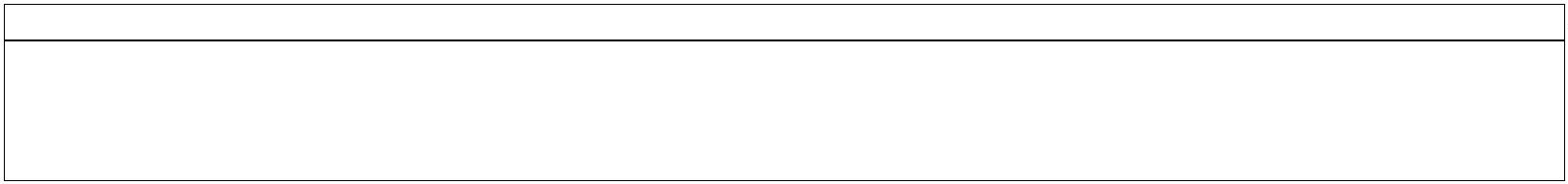
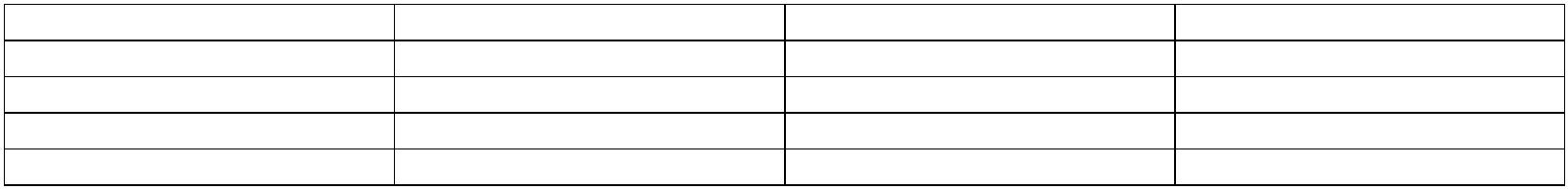
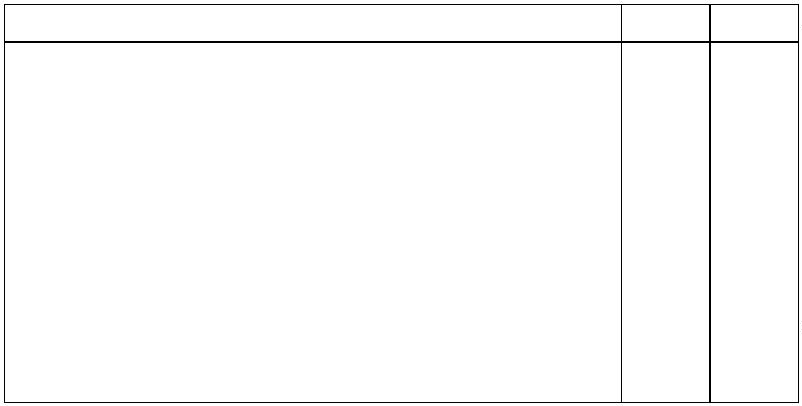
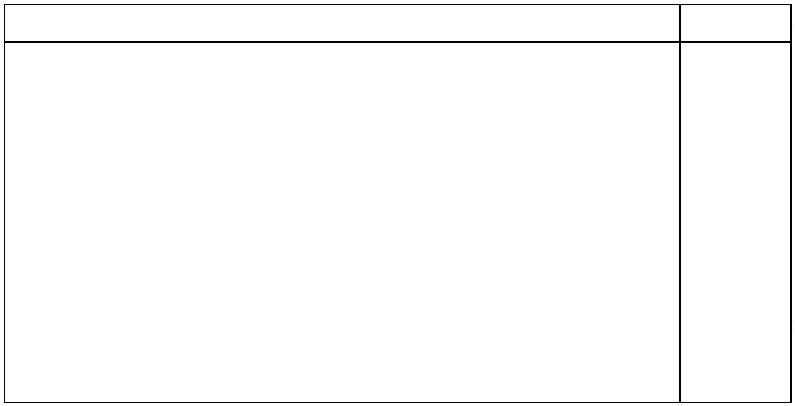
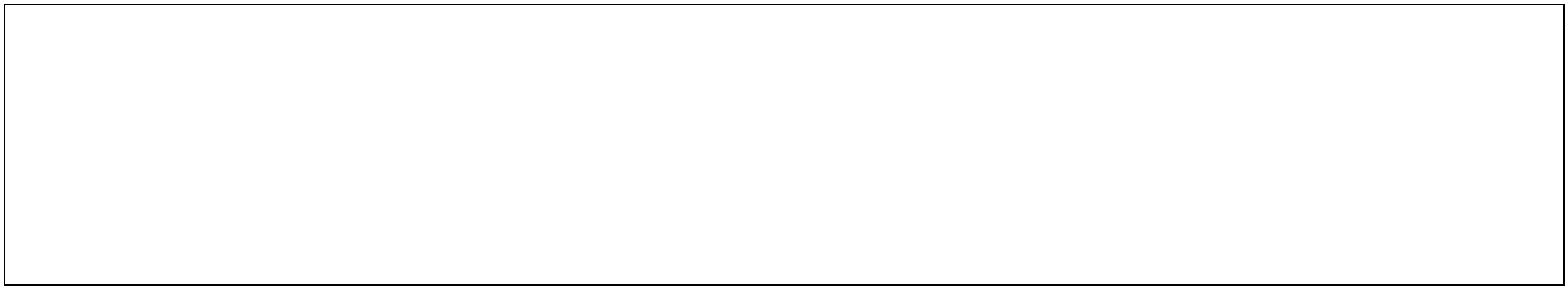
2

3

- Razão social ou denominação do empregador, do operador portuário ou OGMO.

- Dados referentes a localização do estabelecimento (Porto, Instalação Portuária de uso privativo e retroportuária.

- Número de inscrição no cadastro geral de contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC da empresa, incluindo



complemento e digito de controle do estabelecimento.

4

5

6

- CNAE - Código Nacional de Atividade Econômica

- Número do registro da CPATP na DRT.

- Mês e ano do inicio da atividade da empresa.

Dados Gerais

7

8

9

1

1

1

- Número de reuniões ordinárias no semestre realizadas pela CPATP

- Número de representantes na CPATP (empregadores + trabalhadores)

- Número de trabalhadores capacitados em prevenção de acidentes do trabalho no semestre.

0 - Número de horas utilizados para a capacitação dos trabalhadores indicados no item 9.

1 - Número de investigações e inspeções realizadas pelos representantes da CPATP durante o semestre.

2 - Número de reuniões realizadas no semestre, em caráter extraordinário, em face de ocorrência de morte ou de acidentes

que tenham ocasionado graves prejuízos pessoais ou materiais.

Informações Gerais

De 13 a 18, assinalar com “X” a resposta conveniente.

Informações Estatísticas

1

9 - Número médio de Trabalhadores no semestre: é a soma total dos trabalhadores Portuários (por mês) com contrato por

tempo indeterminado mais os avulsos tomados no semestre divididos por seis.

2

0 - Horas-Homem trabalhadas no semestre (HHT): é o numero total de horas efetivamente trabalhadas no semestre,

incluídas as horas extraordinárias.

2

2

2

2

1 - Total de trabalhadores no semestre vítimas por acidentes do trabalho com perda de vida

2 - Total de trabalhadores no semestre vitimados por doenças profissionais com perdas de vida.

3 - Total de trabalhadores, no semestre, vitimas de acidentes de trajeto com perda de vida.

4 - total de vitimas de acidentes do trabalho, no semestre, com lesão pessoal que cause incapacidade total, temporária ou

permanente, para o trabalho.

2

5 - Total de doentes no semestre, vitimados por doenças profissionais com incapacidade temporária total e incapacidade

permanente parcial ou total.

2

6 - total de dias no semestre, perdidos em decorrência de acidentes de trajeto com perda total ou temporária da capacidade

de trabalho.

2

7 - Total de dias, no semestre, perdidos em decorrência de acidentes do trabalho com perda total ou temporária da

capacidade de trabalho.

2

8 - Total de dias, no semestre, perdidos em decorrência de doenças profissionais, com perda total e temporária da

capacidade de trabalho.

2

9 - Total de dias, no semestre, perdidos em decorrência de acidentes de trajeto com perda total ou temporária da

capacidade de trabalho.

3

0 - Total de dias, no semestre, debitado em decorrência de acidente do trabalho com morte ou perda permanente, parcial ou

total, da capacidade de trabalho. Para atribuição de dias debitados será utilizada a tabela do Quadro 1A da NR-5.

3

1 - Total de dias, no semestre, debitados em decorrência por doenças profissionais com morte ou perda permanente parcial

ou total da capacidade de trabalho. Para atribuição de dias debitados será utilizada a tabela do Quadro 1A da NR-5.

3

2 - Total de dias, no semestre, debitado em decorrência de acidentes de trajeto com morte ou perda permanente parcial ou

total da capacidade de trabalho. Para atribuição de dias debitados será utilizada a tabela do Quadro 1A da NR-5.

3 - A ser preenchido pela CPATP, com o resumo das recomendações enviadas ao do empregador, ao OGMO, ao tomador

de serviço, conforme o caso, e ao SESSTP, referentes ao semestre, bem como o resumo das medidas adotadas.

3



**ANEXO III**

Currículo básico do curso para componentes da CPATP

1

2

- Organização do trabalho e riscos ambientais.

- Mapeamento de risco.

a) Riscos físicos;

b) Riscos químicos;

c) Riscos biológicos;

d) Riscos ergonômicos;

e) Riscos de acidentes.

3

- Introdução à segurança do trabalho.

a) Acidentes do trabalho.

Conceito legal; conceito prevencionista; outros casos considerados como acidentes do trabalho;

-

b) Causas dos acidentes do trabalho;

c) Equipamentos portuários sob os aspectos da segurança.

4

- Inspeção de segurança.

-

Conceito de importância; objetivos; levantamento das condições ambientais e de trabalho; relatório.

5

-

- Investigação dos acidentes.

Procura das causas do acidente; fonte da lesão; fator pessoal de insegurança; natureza da lesão, localização da lesão,

levantamento das condições ambientais e de trabalho.

6

-

- Análise dos acidentes.

Comunicação do acidente; cadastro de acidentados; levantamento das causas dos acidentes; medidas de segurança a serem

adotadas; taxa de freqüência; taxa de gravidade e estatística de acidentes.

7

-

- Campanhas de segurança.

SIPATP (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Portuário); CANPAT (Campanha Nacional de

Prevenção de Acidentes do Trabalho); campanhas internas.

8

-

- Equipamento de Proteção Individual/Coletivo - EPI/EPC

Exigência legal para empresa e empregados; EPI/EPC de uso permanente; EPI/EPC de uso temporário; relação dos

EPI/EPC mais usados e as formas de sua utilização.

9

-

- Princípios básicos de prevenção de incêndios

Normas básicas; procedimentos em caso de incêndio; classe de incêndio e tipos de equipamentos para seu combate, tática

e técnicas de combate a incêndios.

1

-

0 - Estudo da NR -29 e NR-5

Organização e funcionamento da CPATP, preenchimento do Anexo I da NR 29.

1

-

1 - Reuniões da CPATP

Organização e finalidade; forma de atuação dos representantes; reuniões ordinária e extraordinária; realização prática de

uma reunião da CPATP.

1

-

2 - Primeiros socorros.

Material necessário para emergência; tipos de emergências; como prestar primeiros socorros.

1

1

3 - Análise de riscos e impactos ambientais.

4 - Noções básicas sobre produtos perigosos.

**ANEXO IV**

**PRODUTOS**

**REGULAMENTOS**

1

2

. Óleos

. Gases

Convenção MARPOL /73/78, Anexo I.

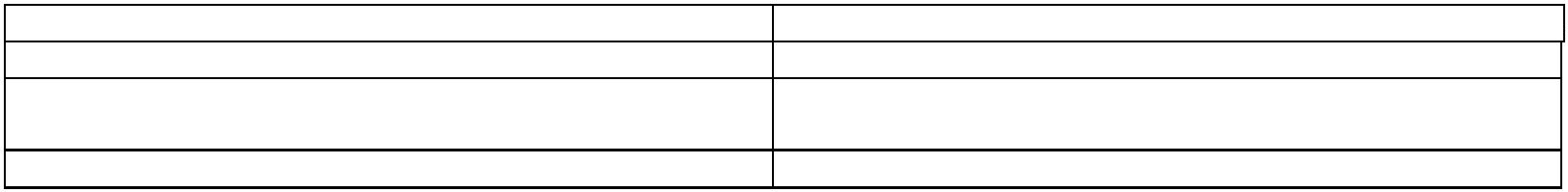
Códigos para Construção e Equipamentos de Navios

Transportadores de Gases Liqüefeitos a Granel da IMO.

Código para Construção e Equipamentos para Navios

3

. Líquidos (inclusive dejetos)



Transportadores de Produtos Líquidos Perigosos a Granel da

IMO

Convenção MARPOL 73/78, Anexo II.

Código Marítimo Internacional para Transporte de

Mercadorias Perigosas - (IMDG Code) da IMO

4

. Substâncias, materiais e artigos perigosos ou

potencialmente perigosos, incluindo resíduos e as

prejudiciais ao meio ambiente

5

. Materiais sólidos que possuam riscos químicos e materiais Código de Práticas Seguras para Cargas Sólidas a Granel - BC

sólidos a granel, incluindo resíduos Code da IMO, Apêndice B

**ANEXO V**

**MERCADORIAS PERIGOSAS**

**CLASSE 1 - EXPLOSIVOS**

DIVISÃO

DESCRIÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO

1

1

1

.1

.2

.3

Substâncias ou produtos que apresentam um risco de explosão de toda a massa

Substâncias ou produtos que apresentam um risco de projeção, mas não um risco de explosão de toda a massa.

Substâncias e produtos que apresentam um risco de ignição e um risco de que se produzam pequenos efeitos de

onda de choque ou projeção, ou de ambos os efeitos, mas que não apresentam um risco de explosão de toda a

massa

1

1

1

.4

.5

.6

Substâncias e produtos que não apresentam nenhum risco considerável

Substâncias e produtos muito insensíveis e produtos que apresentam um risco de explosão de toda a massa.

Produtos extremamente insensíveis que não apresentam risco de explosão de toda a massa.

**CLASSE 2 - GASES COMPRIMIDOS, LIQUEFEITOS, DISSOLVIDOS SOB PRESSÃO**

DESCRIÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO

DIVISÃO

2

2

2

.1

.2

.3

Gases inflamáveis.

Gases não inflamáveis, não venenosos.

Gases venenosos (tóxicos)

**CLASSE 3 - 3 LÍQUIDOS INFLÁMAVEIS**

DIVISÃO

DESCRIÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO

Líquidos inflamáveis com ponto de fulgor baixo: compreende os líquidos cujo ponto de fulgor é inferior a -18o

C (0o F).

Líquidos inflamáveis com ponto de fulgor médio: compreende os líquidos cujo ponto de fulgor é igual ou

superior a -18o C (0o F) e inferior a 23o C (73o F).

Líquidos inflamáveis com ponto de fulgor alto: compreende os líquidos cujo ponto de fulgor é igual ou

superior a 23o C (73o F), porém não superior a 61o C (141o F).

**CLASSE 4 - SÓLIDOS INFLAMÁVEIS, SUBSTÂNCIAS SUJEITAS À COMBUSTÃO ESPONTÂNEA,**

**SUBSTÂNCIAS QUE, EM CONTATO COM A ÁGUA EMITEM GASES INFLAMÁVEIS.**

DIVISÃO

DESCRIÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO

4

.1

Sólidos sujeitos a uma combustão imediata, sólidos que podem causar ignição mediante fricção; auto-reativos

(sólidos e líquidos) e substâncias relacionadas; explosivos neutralizados (reação exortérmica).

Substâncias sujeitas à combustão espontânea.

Substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis.

**CLASSE 5 - SUBSTÂNCIAS OXIDANTES, PERÓXIDOS ORGÂNICOS.**

DESCRIÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO

4

4

.2

.3

DIVISÃO

5

5

.1

.2

Substâncias (Agentes) oxidantes

Peróxidos orgânicos

**CLASSE 6 - SUBSTÂNCIAS VENENOSAS (TÓXICAS), SUBSTÂNCIAS INFECTANTES.**

DESCRIÇÃO DA SUBSTÂNCIA OU ARTIGO

DIVISÃO

6

6

.1

.2

Substâncias venenosas (tóxicas)

Substâncias infectantes

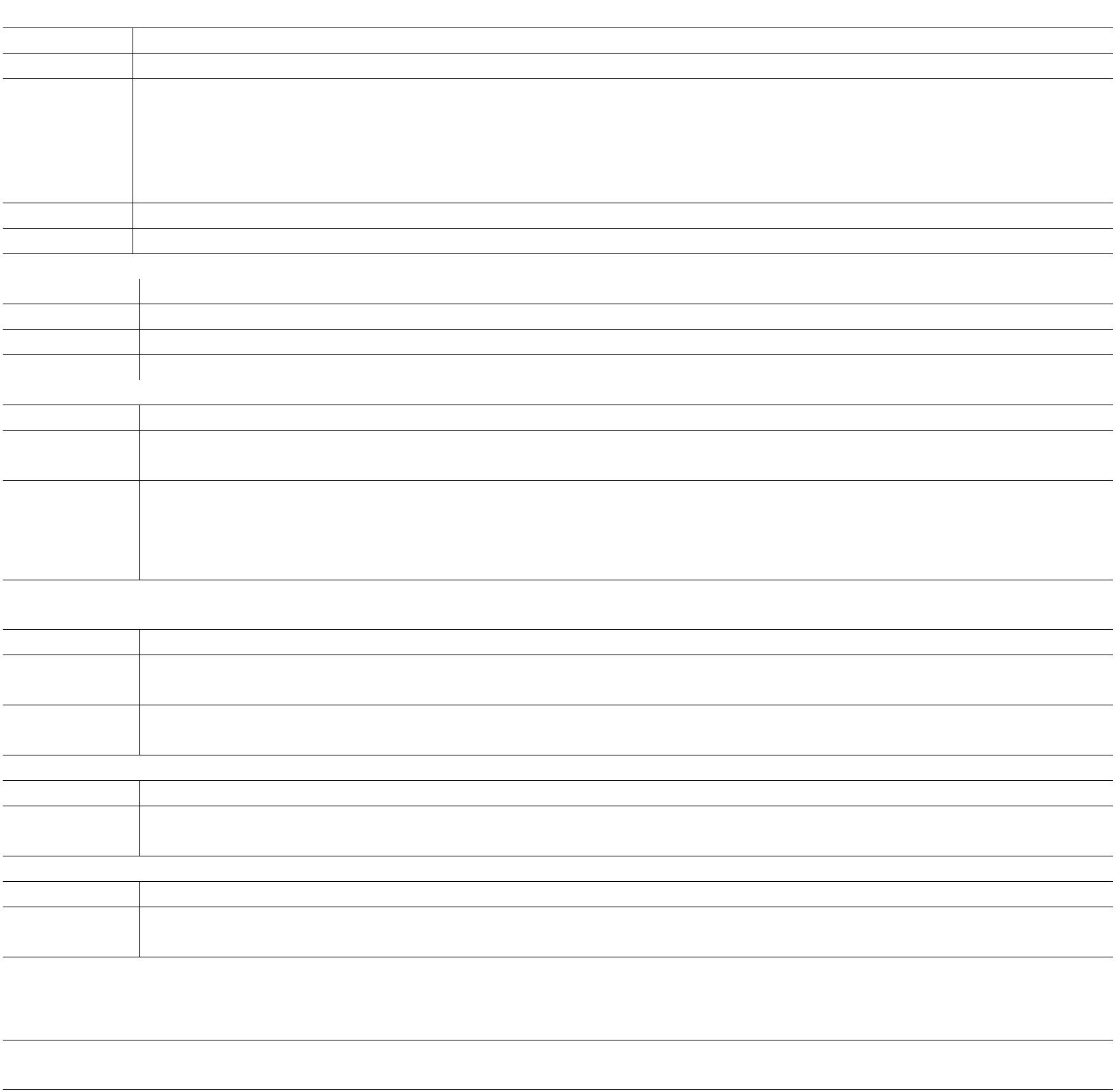
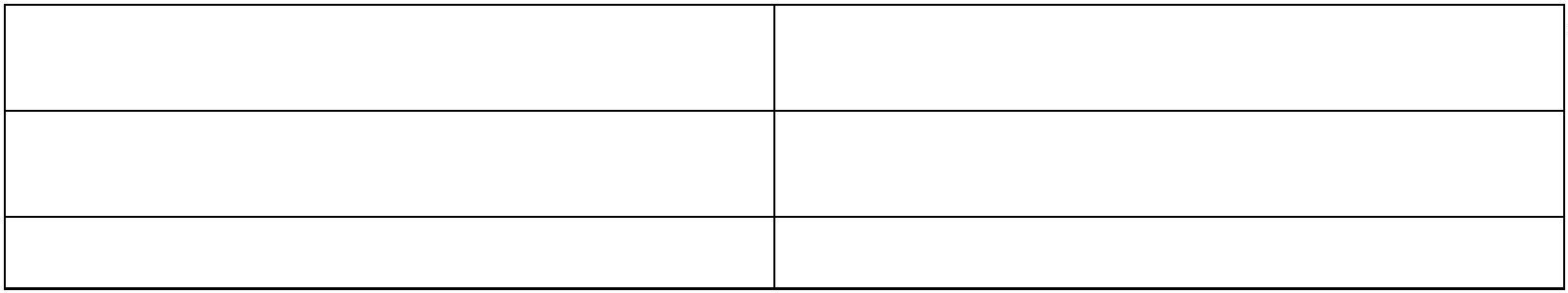
**CLASSE 7 - MATERIAIS RADIOATIVOS**

**CLASSE 8 - SUBSTANCIAS CORROSIVAS**

**CLASSE 9 - MISTURAS DE SUBSTÂNCIAS E ARTIGOS PERIGOSOS**

*(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

Observações: (\*)



A CLASSE 3 - LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS não possui as “DIVISÕES” 3.1, 3.2 e 3.3; de acordo com as seguintes

publicações:

a) RECOMMENDATION ON THE TRANSPORT OF DANGEROUS GOOD - MODEL REGULATIONS - TWELFTH

REVISED EDITIO;

b) IMDG CODE - 2000 EDITION - AMANDAMETNT 30.00; e

c) RESOLUÇÃO 420 DA ANTT.

**ANEXO VI**

SÍMBOLOS PADRONIZADOS PELA I.M.O.

ETIQUETAS

**CLASSE 1**

\*

\*

\* Local para indicação de subclasse - para ser deixado sem inscrição se o explosivo tem risco subsidiário.

Local para indicação do grupo de compatibilidade - para ser deixado sem inscrição se o explosivo tem risco subsidiário.

**CLASSE 2**

**CLASSE 3**

**CLASSE 4**



**CLASSE 5**

*(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**CLASSE 6**

**SUBSTÂNCIA**

**INFECTANTE**

**CLASSE 7**

**CLASSE 8**

**CLASSE 9**

**SINAL DE TEMPERATURA ELEVADA**



**MARCA DE POLUENTE MARINHO**

*(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**CLASSE 1 - SUBSTÂNCIAS EXPLOSIVAS OU ARTIGOS**

(Nº 1)

DIVISÕES 1.1, 1.2 E 11.3

Símbolo (Bomba explodindo): em preto, fundo em laranja: número 1 no canto inferior



(Nº 1.4)

(Nº 1.5)

(Nº 1.6)

Divisão 1.4

Divisão 1.5

Divisão 1.6

Fundo: em laranja

Números em preto e devem ter 30 mm de altura por 55 mm de largura (para um rótulo medindo 100 mm x 100 mm).

Número 1 no canto inferior.

\*

\*

\* Local para indicação de subclasse - para ser deixado sem inscrição se o explosivo tem risco subsidiário.

Local para indicação do grupo de compatibilidade - para ser deixado sem inscrição se o explosivo tem risco subsidiário.

**CLASSE 2 - GASES**

(Nº 2.1)

CLASSE 2.1 - GASES INFLAMÁVEIS

Símbolo - Chama em preto ou branco

Fundo Vermelho - número 2 no canto inferior

(Nº 2.2)

CLASSE 2.2 - GASES NÃO INFLAMÁVEIS E NÃO TÓXICOS

Símbolo - Cilindro de gás preto ou branco

Fundo em Verde - número 2 no canto inferior

CLASSE 2.3 - GASES TÓXICOS



(Nº 2.3)

CLASSE 2.3 - GASES TÓXICOS

Símbolo - Caveira em preto

Fundo em branco - número 2 no canto inferior

**CLASSE 3 - LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS**

(Nº 3)

CLASSE 3 - LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS

Símbolo: Chama em preto ou branco

Fundo vermelho número 3 no canto inferior

**CLASSE 4**

(Nº 4.1)

CLASSE 4.1 - SÓLIDOS INFLAMÁVEIS

Símbolo - chama em preto

Fundo branco com sete listas verticais vermelhas

Número 4 no canto inferior



(Nº 4.2)

CLASSE 4.2 - SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A COMBUSTÃO ESPONTÂNEA

Símbolo - chama em preto

Fundo metade superior branca e metade inferior vermelha

Número 4 no canto inferior

(Nº 4.3)

CLASSE 4. - SUBSTÂNCIAS QUE EM CONTATO COM A ÁGUA EMITEM GASES INFLAMÁVEIS

Símbolo - chama preta ou branca

Fundo azul

Número 4 no canto inferior

**CLASSE 5 - SUBSTÂNCIAS OXIDANTES**

(Nº 5.1)

CLASSE 5.1 - SUBSTÂNCIAS OXIDANTES

Símbolo - chama sobre círculo em preto

Fundo amarelo

Número 5.1 no canto inferior



(Nº 5.2)

CLASSE 5.2 - PERÓXIDOS ORGÂNICOS

Símbolo - chama sobre círculo em preto

Fundo amarelo

Número 5.2 no canto inferior

**CLASSE 6 - SUBSTÂNCIAS TÓXICAS**

(Nº 6.1)

CLASSE 6.1 - SUBSTÂNCIAS TÓXICAS

Símbolo - Caveira

Fundo branco

Número 6 no canto inferior

(Nº 6.2)

CLASSE 6. - SUBSTÂNCIAS INFECTANTES

A metade inferior da etiqueta deve ter a inscrição SUBSTÂNCIA INFECTANTE em caso de dano ou vazamento comunicar

imediatamente a autoridade de saúde pública.

Símbolo: três meia-luas crescentes superpostos em um círculo e inscrições em preto

Fundo branco

Número 6 no canto inferior

**CLASSE 7 - MATERIAL RADIOATIVO**



(Nº 7A)

Categoria I - Branco

Símbolo - Trifólio em preto, fundo branco.

Texto obrigatório em preto na metade inferior da etiqueta contendo:

RADIATIVO

Conteúdo .......

Atividade .........

Uma barra vertical vermelho após a palavra RADIOATIVO, e o número 7 no canto inferior

(Nº 7B)

Categoria II - Amarelo

Duas barras verticais em vermelho após a palavra RADIOATIVO

Número 7 no canto inferior

Símbolo - Trifólio em preto, fundo branco.

Texto obrigatório em preto na metade inferior da etiqueta contendo:

RADIATIVO

Conteúdo .......

Atividade .........

Num retângulo em preto: Índice de transporte

(Nº 7C)

Categoria III - Amarelo

Duas barras verticais em vermelho após a palavra RADIOATIVO

Número 7 no canto inferior

Símbolo - Trifólio em preto, fundo branco.



Texto obrigatório em preto na metade inferior da etiqueta contendo:

RADIATIVO

Conteúdo .......

Atividade .........

Num retângulo em preto: Índice de transporte

**CLASSE 7 - MATERIAL FÍSSIL**

(Nº 7E)

Fundo Branco

Texto (obrigatório) em preto na parte superior da etiqueta escrito: FÍSSIL

Na metade inferior da etiqueta, num retângulo em preto: ÍNDICE DE SEGURANÇA CRÍTICA

Número 7 no canto inferior

**CLASSE 8 - SUBSTÂNCIAS CORROSIVAS**

(Nº 8)

Símbolo: Líquidos pingando de dois recipientes de vidro atacando um pedaço de metal e uma mão em preto

Fundo: metade superior em branco e metade inferior em preto com bordas em branco.

Número 8 no canto inferior

**CLASSE 9 - MISTURA DE SUBSTÂNCIAS E ARTIGOS PERIGOSOS**

(Nº 9)

Símbolo: sete listas verticais na metade superior da etiqueta em preto

Fundo: branco.

Número 9 sublinhado no canto inferior



**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE MERCADORIAS PERIGOSAS**

EXPEDIDOR

NÚMERO DE REFERÊNCIA

CONSIGNATÁRIO

TRANSPORTADOR

Declaração de Arrumação Contêiner / Veículo

NOME / CARGO, ORGANIZAÇÃO DO

SIGNATÁRIO.

DECLARAÇÃO:

Local e Data

Declaro que a arrumação do Contêiner / veículo está de

acordo com o disposto na Introdução Geral do IMDG

Code, parágrafo 12.3.7 ou 17.7.7.

Assinatura e Nome do Embalador

Nome do Navio / Viagem no Porto de Carga

Porto de Carga

(Reservado para texto e outras informações)

Marca e número, quando

aplicável, identificação ou

número de registro da unidade.

No e tipo de embalagens,

Peso Bruto

Peso Líquido

Mercadorias

nome de expedição / nome

técnico correto, classe,

divisão de risco, No ONU,

Grupo de embalagem /

envase, Ponto de fulgor (o

C c.f.), temperatura de

controle e de emergência,

identificação de

Transportadas como:

 Carga Heterogênea

 Carga Homogênea

 Embalagens para

Graneis

Tipo de Unidade

Contêiner:  Aberto

 Fechado

mercadoria como

Poluentes Marinhos

procedimentos de

emergência (EmS / Fem) e

procedimentos de

primeiros socorros

(MFAG).

OBS: - Nomes comerciais, somente, não são permitidos.

-

Quando for o caso, as expressões: RESÍDUO QUANTIDADE LIMITADA ou VAZIO.

SEM LIMPAR, deverão constar junto aos nomes técnicos dos produtos.

Informações Adicionais:

DECLARAÇÃO:

Nome / Cargo, Companhia / Organização do Signatário

Local e Data:

Pelo presente documento, declaro que os nomes técnicos

corretos, nome de expedição acima indicados

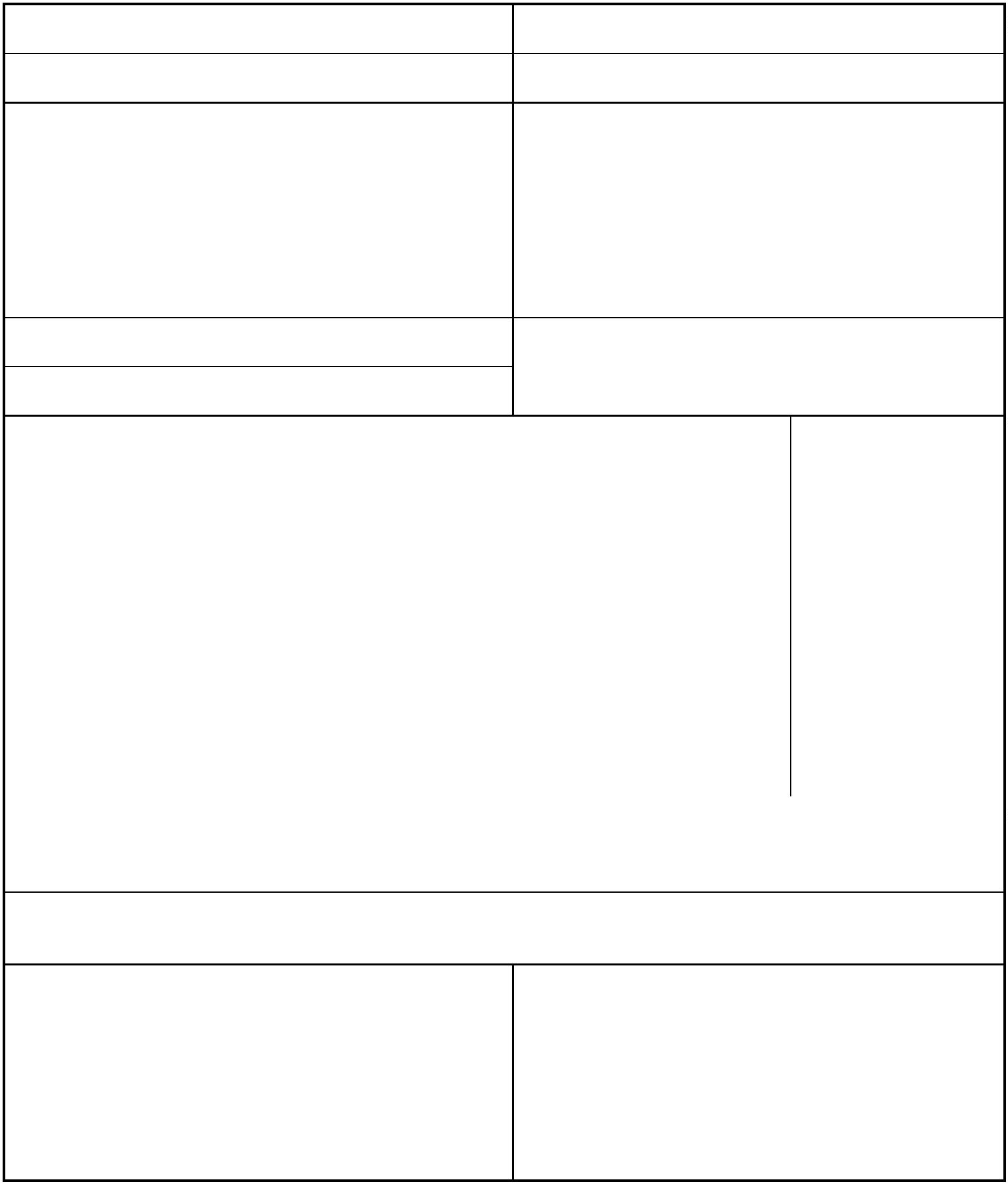
correspondem com exatidão ao conteúdo dessa remessa

estando classificadas, embaladas (embalagens aprovadas), Assinatura e Nome do Expedidor

marcadas, rotuladas e estão sob todos os aspectos em

condições adequadas para o transporte, de acordo com as

normas nacionais e internacionais.



**ANEXO VIII**

**MODELO DE FICHA DE EMERGÊNCIA**

*(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*

**ANEXO IX - Cargas Perigosas**

**TABELA DE SEGREGAÇÃO**

**CLASSE**

**1.1**

**1**

**1**

**.2 1.3 1.4 2.1 2.2 2.3**

**.5**

**3**

**4.1 4.2 4.3 5.1 5.2 6.1 6.2**

**7**

**8**

**9**

**Explosivos**

\*

\*

\*

\*

4

\*

\*

\*

2

4

4

2

x

2

2

1

x

2

2

1

x

4

4

2

2

4

3

2

1

4

3

2

2

4

4

2

x

4

4

2

2

4

4

2

2

2

2

x

x

4

4

4

4

2

2

2

2

4

2

2

1

x

x

x

x

**1**

**.1, 1.2, 1.5**

**Explosivos**

**.3**

**Explosivos**

**.4**

**Gases inflamáveis**

**.1**

\*

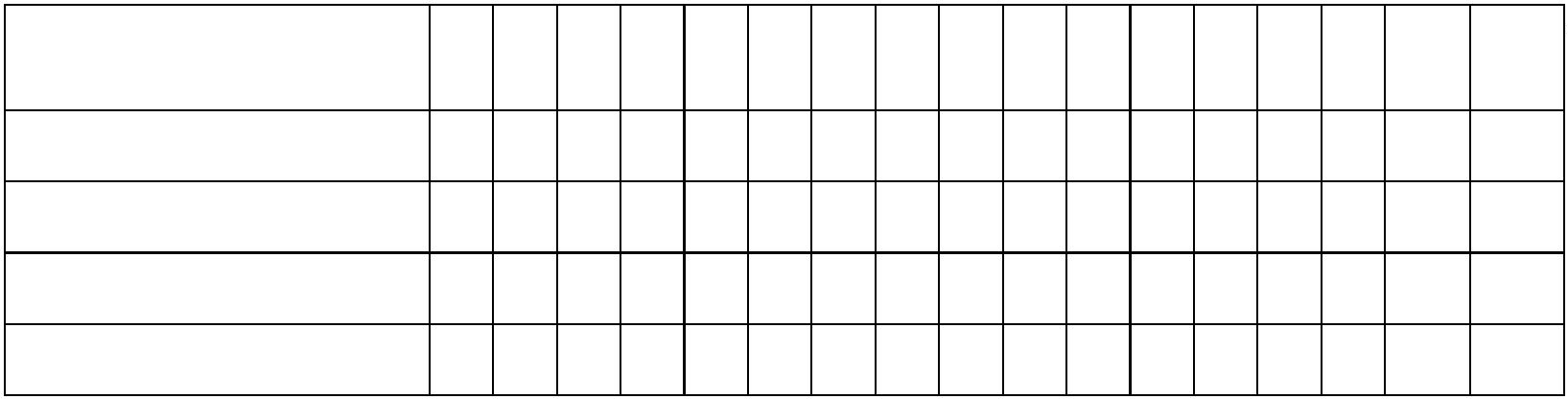
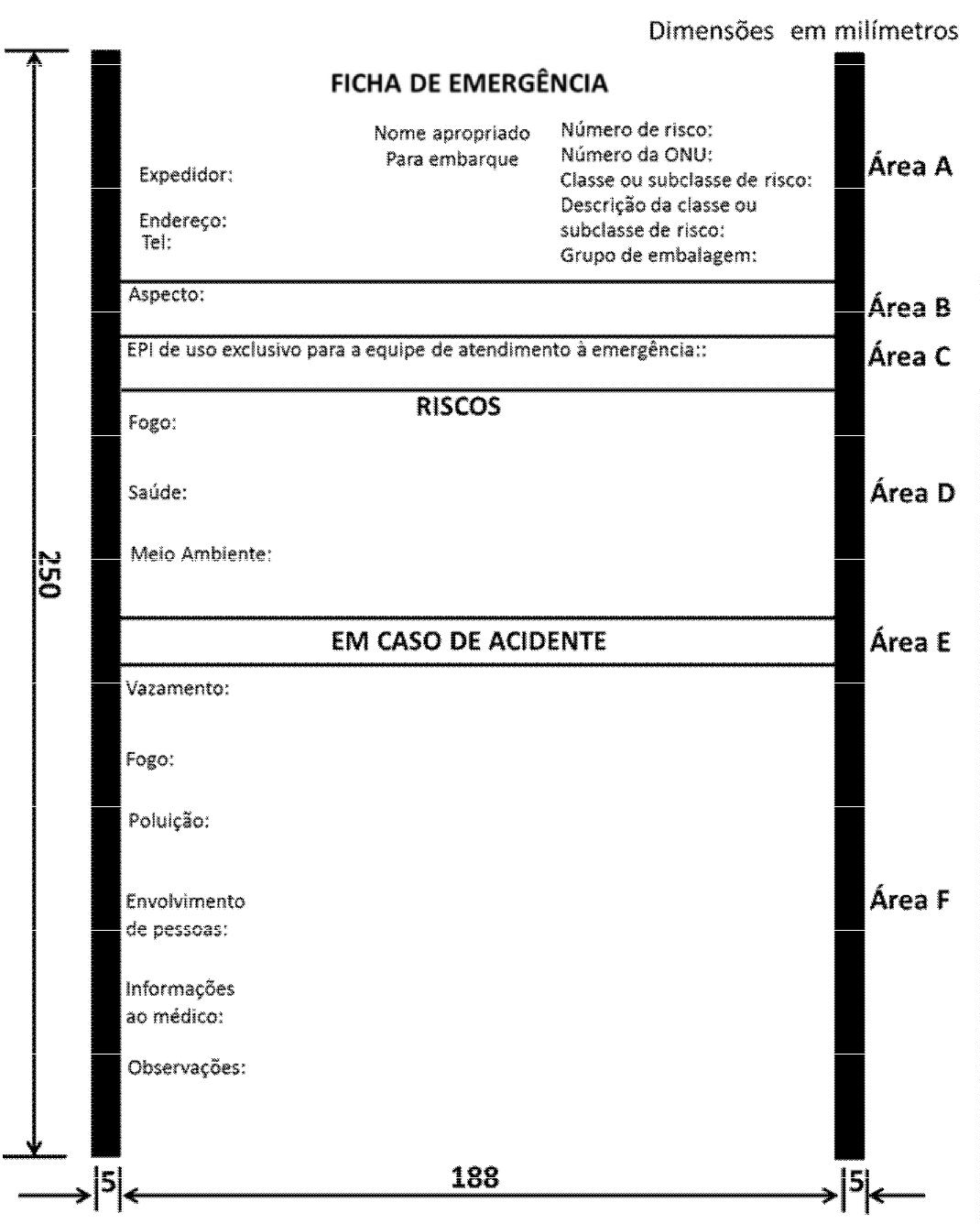
\*

4

**1**

**1**

**2**



**Gases não tóxicos, não**

**inflamáveis**

2

2

1

x

x

x

1

x

1

x

x

1

x

2

1

x

x

**2**

**.2**

**Gases venenosos**

2

4

4

2

4

3

1

2

2

x

2

1

x

1

x

x

2

x

2

x

x

x

2

2

1

x

1

x

x

2

1

2

2

2

x

x

x

2

3

3

1

2

2

x

x

1

x

x

x

**2**

**3**

**Líquidos inflamáveis**

**3**

**Sólidos inflamáveis**

X

X

**4**

**.1**

**Substâncias sujeitas à**

**combustão espontânea**

4

4

3

4

2

2

2

x

1

x

2

x

2

1

1

x

x

1

1

x

2

2

2

2

1

x

3

2

2

2

1

1

x

x

**4**

**.2**

**Substâncias que são perigosas**

**quando molhadas**

**4**

**.3**

**Substâncias oxidantes**

**.1**

**Peróxidos orgânicos**

**.2**

**Venenos**

**.1**

**Substâncias infecciosas**

**.2**

**Materiais radiativos**

**7**

**Corrosivos**

**8**

4

4

2

4

2

4

4

4

2

4

2

2

2

2

x

4

2

2

2

2

x

4

2

1

x

1

x

2

1

x

x

2

x

2

1

x

2

2

1

2

x

3

2

1

2

2

1

3

2

1

2

2

x

2

2

1

x

2

1

3

1

2

2

x

1

3

2

2

1

1

x

1

x

x

3

3

1

x

3

3

1

2

x

3

x

2

2

2

x

3

2

x

x

x

x

x

x

x

**5**

**5**

X

3

**6**

**6**

2

X

**Misturas de substâncias e**

**artigos perigosos**

**9**

x

x

x

x

x

x

X

x

x

x

x

x

x

x

x

x

x

*(Alterado pela Portaria MTE n.º*

*1*

*2*

*.895, de 09 de dezembro de*

*013)*

Números e símbolos relativos aos seguintes termos conforme definidos na seção 15 para a introdução geral do IMDG Code:

1

2

3

4

- “Longe de”

- “Separado de”

- “Separado por um compartimento completo”

- “Separado longitudinalmente por um compartimento completo”

x - a segregação caso haja, é indicada na ficha individual da substância no IMDG.

\* - não é permitida a armazenagem na área portuária.

**ANEXO IX - Cargas Perigosas (continuação)**

**TIPO DE**

**SEGREGAÇÃO**

**Tipo 1**

**SENTIDO DA SEGREGAÇÃO**

**TRANSVERSAL**

**LONGITUDINAL**

Não há restrições

**VERTICAL**

Permitido um remonte

Proibido o remonte

Não há restrições

Um espaço para contêiner ou

contêiner neutro

Um espaço para contêiner ou

contêiner neutro

À distância de pelo menos 24

metros

Um espaço para contêiner ou

contêiner neutro

Dois espaços para contêineres

ou dois contêineres neutros

A distância de pelo menos 24

metros

**Tipo 2**

**Tipo 3**

Proibido o remonte

Proibido o remonte

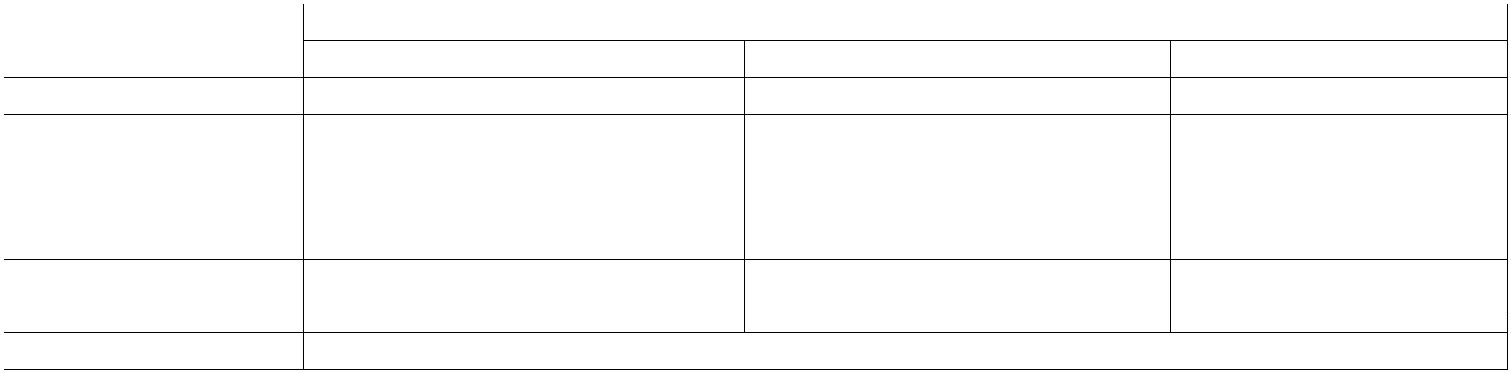
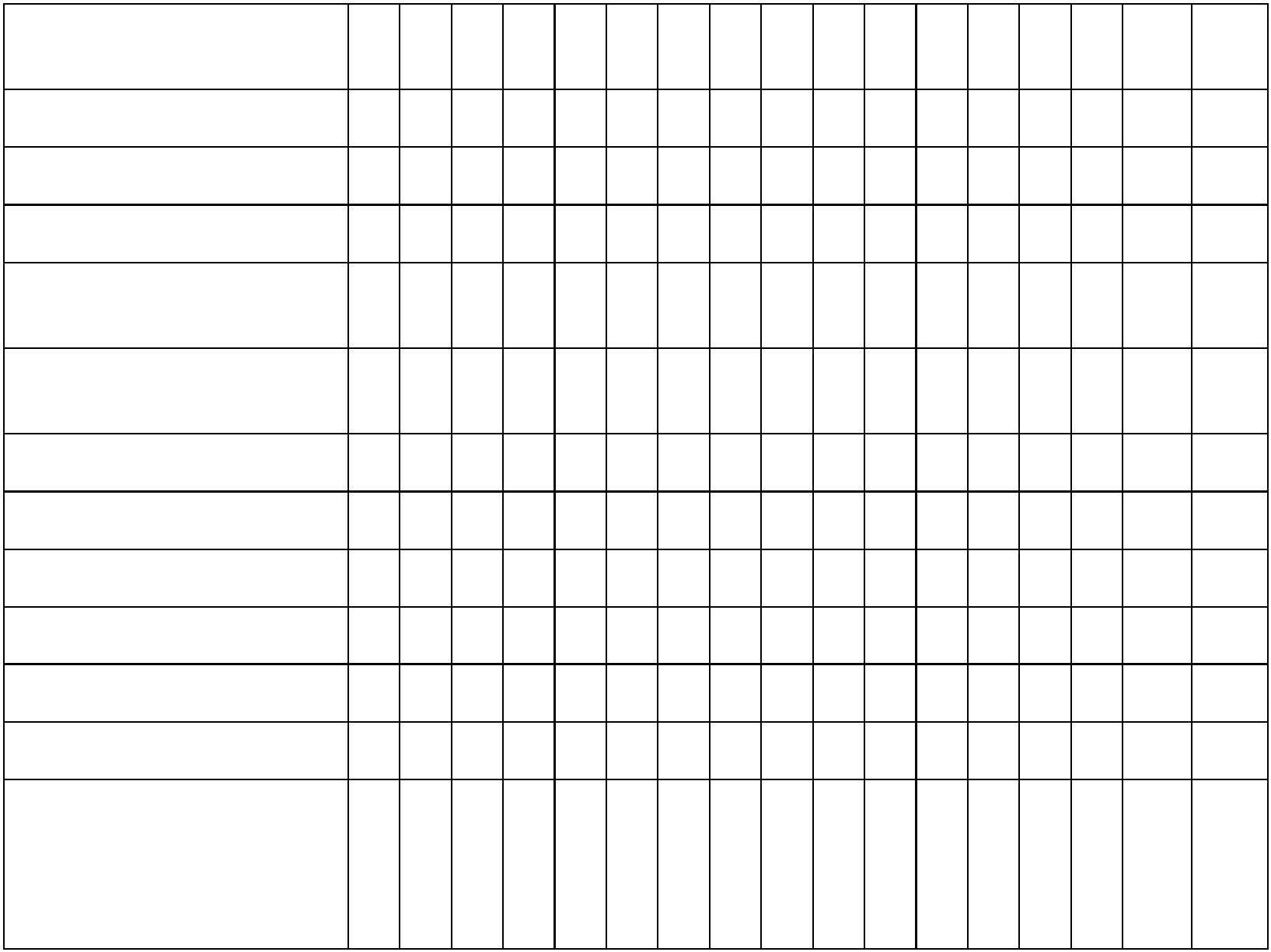
**Tipo 4**

**Tipo x**

Não há nenhuma recomendação geral. Consultar a ficha correspondente em cada produto

**OBSERVAÇÕES:**

a) A tabela de segregação anexa, está baseada no quadro de segregação do Código Marítimo Internacional de Mercadorias



Perigosas - IMDG/CODE-IMO.

b) Um “espaço para contêineres”, significa uma distância de pelo menos 6 metros no sentido longitudinal e pelo menos 2,4

metros no sentido transversal do armazenamento.

c) Contêiner neutro significa cofre com carga compatível com o da mercadoria perigosa (ex: Contêiner com carga geral -

não alimento).

d) Não será permitido o armazenamento na área portuária de explosivos em geral (Classe 1) e tóxicos infectantes (Classe

6

.2). *(Alterada pela Portaria MTE n.º 1.895, de 09 de dezembro de 2013)*